



Comissão
Europeia

[IVERNO 2014 ▶ N.º 51]

panorama

inforegio

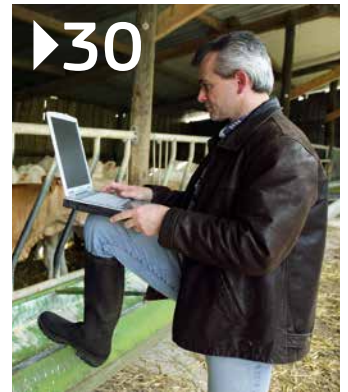
▶ A nova Comissão toma posse

Corina Crețu
conduzirá a política
regional da UE

- ▶ Apoio da política de coesão para investimentos climáticos e energéticos
- ▶ O que se segue para o Interreg?
- ▶ Aprendizagem entre pares para reforçar a capacidade administrativa

Política
Regional
e Urbana

▶ EDITORIAL.....	3
Walter Deffaa, Diretor-Geral da Política Regional e Urbana	
▶ ENTREVISTA	
A POLÍTICA DE COESÃO PODE COLOCAR A EUROPA NOVAMENTE NO CAMINHO CERTO	4-7
Corina Crețu, Comissária da Política Regional	
▶ DESTAQUE	
POLÍTICA DE COESÃO, ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS E SEGURANÇA ENERGÉTICA	8-11
▶ GRANDE AFLUÊNCIA DOS PARCEIROS REGIONAIS NO OPEN DAYS 2014.....	12-15
▶ COOPERAÇÃO TERRITORIAL AO ABRIGO DA POLÍTICA DE COESÃO REFORMADA	16-19
▶ NOTÍCIAS BREVES	20-21
▶ CARTAZ DO CONCURSO DE FOTOGRAFIA «A EUROPA NA MINHA REGIÃO».....	22-23
▶ REFORÇAR A CAPACIDADE ADMINISTRATIVA PARA GERIR O ESIF.....	24-26
▶ GOVERNAÇÃO COMBINADA: O RELATÓRIO VAN DEN BRANDE.....	27-29
▶ FEADER: ECONOMIA RURAL E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL NA EUROPA	30-33
▶ AGENDA URBANA DA UE: PRÓXIMOS PASSOS.....	34-35
▶ AVALIAR A EFICÁCIA DA POLÍTICA DE COESÃO.....	36-37
▶ MAPAS	38-39
Esperança de vida na UE e nos EUA	
▶ PRESIDÊNCIA ITALIANA DO CONSELHO DA UE.....	40-41
▶ EXEMPLOS DE PROJETOS	42-43
Exemplos de projetos da Alemanha e de Cooperação Territorial Europeia	
▶ AGENDA.....	44



Fotografias (Páginas):
 Capa: © Comissão Europeia
 Páginas 3, 4-5, 7, 14, 18, 20, 27, 29, 41: © Comissão Europeia
 Página 8: © Y. Le Gal – Médiathèque EDF
 Página 9: © Ecoplus
 Página 18: Imagem © Shutterstock
 Página 20: © Projeto FIN EN
 Página 21: Adela Nistora, Ieva Viksne, Kristina Griguole © Comissão Europeia
 Página 30: © Shutterstock
 Página 31: à esquerda: Photoman29 © Shutterstock, à direita: Iakov Filimonov © Shutterstock
 Páginas 32-33: Auremar © Shutterstock
 Páginas 34-35: Eslovénia: Matej Kastelic © Shutterstock, Espanha: J2R © Shutterstock, Alemanha: Mezzotint © Shutterstock
 Página 40: © Gilda Carbone
 Página 42: © Enertrag/Tom Baerwald
 Página 43: © B.NEW

Esta revista é impressa em papel reciclado em inglês, francês e alemão.
 Esta revista está disponível na Internet em 22 línguas no site
http://ec.europa.eu/regional_policy/information/panorama/index_pt.cfm

O conteúdo da presente edição foi concluído em novembro de 2014.

INFORMAÇÃO JURÍDICA

A Comissão Europeia, assim como qualquer pessoa agindo em seu nome, não pode ser considerada responsável pela utilização das informações contidas na presente publicação, nem por quaisquer erros que possam ser detetados não obstante o trabalho cuidadoso de preparação e verificação. A presente publicação não reflete, necessariamente, a opinião ou posição da Comissão Europeia.

ISSN 1725-8154

© União Europeia, 2014

Reprodução autorizada mediante indicação da fonte.

É necessária a autorização do(s) titular(es) dos direitos de autor para a utilização/reprodução de material de terceiros sujeito a direitos de autor e que esteja indicado como tal.



▶ EDITORIAL

Walter Deffaa

*Diretor-Geral da Política Regional e Urbana,
Comissão Europeia*

Nesta primeira edição da revista *Panorama* desde que a nova Comissão assumiu funções, é com imenso prazer que damos as boas-vindas à nossa nova Comissária da Política Regional, **Corina Crețu**. Temos a sorte de ter uma mestre política com bastante experiência no funcionamento das instituições da UE, mas também com uma consciência das realidades das nossas regiões, desde as mais ricas às mais pobres.

Este é também o momento para expressar a nossa gratidão para com o Comissário **Johannes Hahn**, que trabalhou com tanto êxito no seu mandato para redirecionar a política de coesão como o principal instrumento da Europa para aumentar o investimento na criação de emprego, no apoio às PME, na investigação, na inovação e na eficiência energética. Certificou-se de que a conceção dos novos programas 2014-2020 será plenamente capaz de contribuir para as principais prioridades da UE.

Luz verde para os Acordos de Parceria

É com satisfação que comunicamos que todos os 28 Acordos de Parceria com os Estados-Membros foram concluídos e aprovados. Todos os Acordos de Parceria definem a estratégia nacional para a utilização adequada dos Fundos Estruturais e de Investimento Europeus (ESIF) para os próximos sete anos.

Em 2015, os Programas Operacionais (POs) dos Estados-Membros que definem os planos de investimento regionais para o período de programação 2014-2020 estarão em pleno curso. Espera-se que muitos deles sejam aprovados até ao final do ano; os POs restantes devem ser adotados

no primeiro semestre de 2015. Os Programas Operacionais terão repercussões em muitos das principais prioridades da UE, nomeadamente a segurança energética, a ação climática, a economia digital, o desenvolvimento urbano e o apoio para as PMEs.

Como poderá constatar nesta edição da *Panorama*, a Comissão já está ativamente empenhada em melhorar a capacidade administrativa dos Estados-Membros para utilizarem o programa ESIF e gerirem corretamente os programas. Estamos a ajudar a desenvolver as competências dos nossos colegas nos Estados-Membros através de sessões de formação inovadoras e através do trabalho em rede de especialistas nacionais.

25.º aniversário do programa Interreg

Esta edição também inclui os programas Interreg, que incentivam as regiões e as cidades de diferentes Estados-Membros da UE a trabalharem em conjunto e a aprenderem uns com os outros através de redes e projetos conjuntos. A Cooperação Territorial Europeia, também conhecida como Interreg, comemora o seu 25.º aniversário no próximo ano e tornou-se uma pedra angular importante da política de coesão europeia. Esses projetos criaram confiança e um sentimento de solidariedade entre as regiões, aproximando as pessoas e assegurando soluções comuns para problemas comuns, seja na área da inovação, saúde, infraestrutura, educação, formação ou energia. Para 2014-2020, quase 10 mil milhões de euros serão investidos na cooperação entre regiões e parceiros territoriais, sociais e económicos no quadro de, aproximadamente, 100 programas de cooperação.

▶ «A POLÍTICA DE COESÃO PODE COLOCAR A EUROPA NOVAMENTE NO CAMINHO CERTO»

CORINA CREȚU



A 1 de novembro, a romena Corina Crețu assumiu as funções de Johannes Hahn como Comissária da Política Regional. Após oito anos no Parlamento Europeu, conhece bem o desenvolvimento da nova política de coesão e a complexidade dos assuntos da UE. Está determinada em garantir que a nova política traz benefícios tangíveis para todas as regiões da União Europeia.

Corina Crețu, a nova Comissária da Política Regional, vai supervisionar a aplicação do maior investimento e orçamento para o desenvolvimento económico da Europa, no valor de 351 mil milhões de euros.

«Foi com satisfação que recebi a pasta da política regional. Com a tónica colocada no investimento eficaz nas regiões, é uma das políticas estratégicas mais importantes para colocar a Europa novamente no bom caminho. Com os Fundos Estruturais e de Investimento Europeus, temos agora à nossa disposição os recursos para ajudar as regiões menos desenvolvidas a fazer face à concorrência e para permitir que as regiões mais avançadas se distingam pela excelência. É importante que a política regional funcione para todos os europeus.»

Nos últimos oito anos, Corina Crețu, antiga porta-voz do Presidente da Roménia, jornalista experiente e economista

de formação, foi Deputada do Parlamento Europeu, tornou-se vice-presidente do Comité do Desenvolvimento e foi, posteriormente, designada vice-presidente do PE.

«Como Deputada do Parlamento Europeu, tive o privilégio de viajar por toda a Europa e além-fronteiras para conhecer imensas pessoas e grupos de interesse especiais. Isso ajudou-me a ter um bom conhecimento das suas necessidades e preocupações.»

Boas relações com os parlamentares

Através do seu trabalho no Parlamento, tem uma ideia clara sobre o que este órgão eleito, com poderes reforçados, espera da Comissão. A nova Comissária pretende manter laços estreitos com o Parlamento Europeu, apresentar relatórios regulares e manter um diálogo com os Deputados do Parlamento Europeu.

«Isto é, obviamente, importante do ponto de vista da responsabilidade, mas também para explicar e comunicar melhor uma área da política abrangente e, muitas vezes, complexa», explica. «Existem muitos rostos novos no Parlamento Europeu – aproximadamente 60% mudaram. Muitos chegam com experiência prática de trabalho regional. É importante partilhar informações com eles e ouvir as suas ideias.»

CURRICULUM VITAE

Corina Crețu nasceu em Bucareste e estudou economia antes de enveredar pelo jornalismo. De 1990 a 1992, foi repórter e comentadora para vários jornais romenos. Entre 2000 e 2004, foi conselheira e porta-voz do presidente romeno e diretora do departamento de comunicação pública. Entrou no mundo da política romena através do Partido Social Democrata (PSD), chegando rapidamente ao cargo de vice-presidente.

Em 2007, Corina Crețu chegou ao Parlamento Europeu, onde tem participado num vasto conjunto de comités: Comissão do Emprego e dos Assuntos Sociais (2007-2012 e 2014), Liberdades Cívicas (2014), Desenvolvimento (2009-2014), Negócios Estrangeiros (2009-2014) e a Comissão Especial para a Crise Financeira, Económica e Social (2009-2011). Participou ainda em muitas delegações oficiais, nomeadamente, na Assembleia Parlamentar da União para o Mediterrâneo, nas relações com os EUA, nas relações com Israel e nas relações UE-Sérvia. De 2012 a 2014, foi vice-presidente do Grupo da Aliança Progressista dos Socialistas e Democratas no Parlamento Europeu. É a autora do livro *România europeană* (Roménia europeia).



▶ Corina Crețu com Jonathan Hill (à esquerda), Comissário da Estabilidade Financeira, Serviços Financeiros e União dos Mercados de Capitais, e Frans Timmermans, Primeiro vice-presidente da Comissão Europeia.

Melhorar a utilização dos fundos

Em outubro, Corina Crețu foi sujeita a um interrogatório pormenorizado durante uma audição pública no Parlamento Europeu antes de a sua nomeação ser confirmada. Durante essa audição, salientou várias áreas-chave que requerem ação imediata. Uma delas consiste em melhorar a capacidade dos Estados-Membros para obterem e gerirem os fundos de investimento disponíveis de Bruxelas.

«A capacidade institucional, uma boa governação e parcerias públicas e privadas sólidas são, no meu entender, mais importantes do que o dinheiro. São essenciais para a conceção e a implementação de uma política de coesão com êxito», afirma. «Definem as condições necessárias para que o investimento tenha um impacto económico duradouro.»

Todos os Acordos de Parceria aprovados

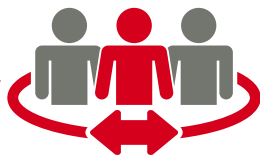
«Os Acordos de Parceria, que já foram todos aprovados, representam um bom quadro estratégico que está totalmente alinhado com a Estratégia Europa 2020 e as recomendações específicas por país da Comissão. Fornecem a plataforma para o desenvolvimento de programas mais direcionados e baseados em prioridades claras. Incluem agora requisitos de desempenho e avaliação mais explícitos.»

«**A nova política de coesão foi efetivamente concebida para fazer a diferença na vida dos europeus, mais concretamente, ao estimular o crescimento económico e o emprego nas regiões.**»

▶ CORINA CREȚU – COMISSÁRIA EUROPEIA PARA A POLÍTICA REGIONAL

«A política de coesão não constitui uma receita económica padrão de modelo único», explica. «Trata-se de uma política de "base local", que necessita de uma diferenciação territorial e que considera as capacidades económicas individualmente, incluindo as menos óbvias, e as oportunidades em todas as regiões.»

«A política de coesão trabalha perto do terreno em toda a UE e está mais bem posicionada para compreender e incorporar as especificidades regionais», afirma. «Deste modo, pode ajudar a tornar a visão do presidente Juncker para o crescimento e o emprego uma realidade.»



A NOVA GEOMETRIA DA COMISSÃO EUROPEIA

O novo presidente da Comissão Europeia, **Jean-Claude Juncker**, introduziu alterações à forma como os Comissários operam e como as pastas são geridas.

Foi apresentado um grupo «supervisor» de vice-presidentes. Assumirão uma função de coordenação e trabalharão com Comissários individuais para garantir que todos os desenvolvimentos da política estão totalmente sincronizados com a direção da política estratégica da UE global.

«Como Comissária da Política Regional, é com prazer que trabalho no âmbito desta nova configuração, em que os Comissários colaboram e reúnem recursos em conjunto numa geometria variável sob a coordenação de um vice-presidente, que atua em representação do presidente», comenta a Comissária **Corina Crețu**.

«Sou totalmente a favor da colegialidade e da rutura com as rivalidades territoriais entre serviços e as delimitações de competências. Este novo sistema pode ajudar-nos a redirecionar os recursos de forma rápida para dar resposta a prioridades urgentes, centrando a atenção e a ação conjunta nas verdadeiras urgências.»

Recentemente, a Comissão adotou uma nova comunicação sobre métodos de trabalho que explica como o novo sistema irá funcionar.

Novo grupo de missão

A Comissária tomou a iniciativa de criar um grupo de missão dedicado, para ajudar os países com a menor absorção de financiamento a melhorar as suas capacidades de investimento e planeamento.

O grupo de missão trabalhará com as regiões visadas para ajudar a melhorar a respetiva utilização dos fundos da UE, em particular, o restante financiamento do período de programação 2007-2013. Pretende ainda analisar algumas das regiões que receberam um financiamento elevado até ao momento, mas que registam um fraco crescimento económico. «É necessário analisar o que se passa com esses países», afirma.

Num nível mais alargado, a Comissária pretende mobilizar a assistência, os especialistas e o aconselhamento técnicos, incluindo através do mecanismo da cooperação territorial, para ajudar as autoridades de gestão com a definição das respetivas estratégias, a seleção de projetos e a preparação do sistema de projetos, em consonância com as pré-condições de desempenho e estratégia definidas para o novo período de programação.

«Mais importante ainda, pretendo prestar o apoio adequado para a utilização de todas as novas possibilidades regulamentares e instrumentos financeiros», acrescenta.

«Estamos totalmente de acordo com tudo o que possa facilitar a vida dos beneficiários, incluindo a simplificação. Contudo, não podemos flexibilizar os controlos em demasia. Temos uma responsabilidade perante os contribuintes de garantir que o dinheiro é gasto corretamente. Trata-se de uma questão de equilíbrio.»

«No próximo ano, gostaria de criar um grupo de simplificação para garantir que o nosso dinheiro chega, efetivamente, aos beneficiários finais de forma rápida e eficaz, especialmente às PME.»

Boa governação e tolerância zero para a fraude

De igual modo, em outubro, durante a audição com os Deputados do Parlamento Europeu, a Comissária salientou a importância de garantir uma boa governação na implementação dos Fundos EIE e uma tolerância zero para a fraude.

«Acredito veementemente na ação preventiva. Isto pode ser alcançado através de uma formação adequada e da partilha das boas práticas na Europa. Mais concretamente, é necessário otimizar a capacidade administrativa de várias autoridades de gestão nas áreas dos contratos públicos e do auxílio estatal», explica.

«Além disso, é necessário incentivarmos mais auditorias de desempenho. Estas auditorias são essenciais para continuarmos a melhorar a nossa política e a forma como ela responde às necessidades das pessoas.»

No que respeita à prevenção da fraude, a Comissária reforça a necessidade de promover a transparência e uma maior responsabilidade. «É importante evitarmos a “sobre-regulamentação” e a adição de formalidades supérfluas que, frequentemente, apenas ocultam e complicam, em vez de prevenirem a utilização incorreta dos nossos recursos», aconselha.

Nova comunicação sobre a política urbana

A nova Comissária concorda totalmente com a importância de uma integração mais profunda das cidades na política de coesão.

«O meu antecessor alterou o nome da Direção-Geral para incluir a Política Urbana e subscrevo plenamente esta decisão. No próximo ano, pretendo desenvolver uma Comunicação que definirá o nível das nossas ambições em matéria de política urbana. Será feito o balanço das nossas atividades atuais, incluindo as ações-piloto e a rede URBACT, bem como das novas oportunidades regulamentares para promover programas locais e urbanos integrados.»



▶ Visita ao novo Instituto Nacional de Física e Engenharia Nuclear Horia Hulubei, em Bucareste, com Eugen Todorovici, ministro romeno responsável pelos Fundos da UE (em cima, o terceiro a contar da direita), e a nova linha de metro de Varsóvia, acompanhado pela presidente da câmara de Varsóvia, Hanna Gronkiewicz (em baixo, a segunda a contar da esquerda).



Estratégias macrorregionais

«O desenvolvimento de estratégias macrorregionais, como para a área Adriático-Jónica, representa claramente um alargamento do âmbito da política regional para incluir os Estados-Membros e os não membros na resolução de desafios regionais comuns», explica Crețu.

«Mas como se avalia o êxito desses programas? Que outras regiões podem beneficiar desta abordagem?», questiona.

«**A capacidade institucional, uma boa governação e parcerias públicas e privadas sólidas são, no meu entender, mais importantes do que o dinheiro. São essenciais para a conceção e a implementação de uma política de coesão com êxito.**»

▶ CORINA CREȚU – COMISSÁRIA EUROPEIA PARA A POLÍTICA REGIONAL

As estratégias macrorregionais e da bacia marítima são uma nova abordagem interessante, que oferecem a possibilidade de os Estados-Membros e as regiões reunirem os seus recursos para enfrentarem os desafios comuns em conjunto através de novas configurações territoriais.

«Os resultados iniciais das Estratégias para o Báltico e o Danúbio revelam que os participantes estão cada vez mais conscientes dos benefícios desta abordagem e começam a desenvolver um compromisso e apropriação sólidos», afirma. «Este aspeto aplica-se principalmente às questões ambientais: os mares e os rios não conhecem fronteiras administrativas.»

«A Estratégia Adriático-Jónica foi recentemente lançada e, no futuro, lançaremos a Estratégia Alpina», explica. «Precisamos de as acompanhar cuidadosamente, fazer o balanço e aprender com a experiência antes de nos envolvermos mais.»

União da Energia e Mercado Único Digital

A Comissária realça que a política de coesão também é importante para concretizar as duas visões da União Europeia da Energia e do Mercado Único Digital.

«Sobretudo porque o financiamento da política de coesão dedicará, aproximadamente, 40 mil milhões de euros e 14 mil milhões de euros de auxílio da UE para cada uma, respetivamente.»

«Além do dinheiro, podemos contribuir para a União da Energia de várias formas. Por exemplo, podemos garantir um sistema descentralizado de produção energética a partir de fontes renováveis ao nível local e ao promover sistemas inteligentes e a eficiência energética em edifícios, que também podem ter um grande impacto em termos de empregos locais.»

«Relativamente ao Mercado Único Digital, precisamos de acelerar a disponibilização da banda larga, mas, o mais importante é incentivar novos serviços e aplicações e, mais concretamente, apoiar o empreendedorismo digital, onde muitos jovens talentosos podem revelar os seus talentos.»

Avançar

«A política de coesão modernizada foi concebida para fazer a diferença na vida dos europeus, nomeadamente, ao estimular o crescimento económico e o emprego nas regiões», salienta Corina Crețu.

«Temos uma tarefa aliciante pela frente. Agora, temos de nos concentrar numa negociação rápida e sólida dos Programas Operacionais para garantir que a nossa política de coesão nos pode ajudar a ultrapassar a crise económica e a criar os postos de trabalho tão necessários.»

▶ SAIBA MAIS

http://ec.europa.eu/commission/2014-2019/cretu_en

▶ ENFRENTAR AS ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS E A SEGURANÇA ENERGÉTICA

COMO O INVESTIMENTO DA POLÍTICA DE COESÃO PRETENDE ABORDAR ESTES DESAFIOS

Atualmente, a Europa enfrenta muitos desafios ao nível da energia, com o surgimento de grandes problemas relacionados com a segurança energética, bem como as ameaças de longa data provocadas pelas alterações climáticas. Todos salientam a necessidade de alterar os nossos padrões de consumo, de economizar energia e de melhorar a eficiência dos recursos. No centro das soluções para todos estes problemas, encontra-se a política de coesão da UE, que proporciona o financiamento e o impulso estratégico para pôr em prática mudanças substanciais.

Um dos principais resultados da política de coesão reformada tem sido a introdução de metas obrigatórias para os investimentos no apoio à transição para uma economia assente num baixo nível de emissões de carbono, com uma maior incidência nas fontes de energia renováveis e na eficiência energética.

Em resultado, a eficiência energética e o desenvolvimento de fontes de energia renováveis têm um grande destaque nos Acordos de Parceria que estão a ser celebrados com os Estados-Membros no que respeita aos seus planos de despesas para os Fundos Estruturais e de Investimento Europeus (ESIF).

Os dados atuais indicam que quase 38 mil milhões de euros provenientes do Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional (FEDER) e do Fundo de Coesão (FC) serão atribuídos a investimentos numa economia assente num baixo nível de emissões de carbono. Este montante representa mais do dobro do financiamento nesta área, em relação ao período 2007-2013 (ver gráfico na página 10).

No conjunto da UE, este montante também ultrapassa largamente as dotações mínimas exigidas pelo novo quadro regulamentar (quase 50% mais do que o exigido), o que confirma a grande importância que os Estados-Membros atribuem aos investimentos nesta área.

Promover uma economia assente num baixo nível de emissões de carbono

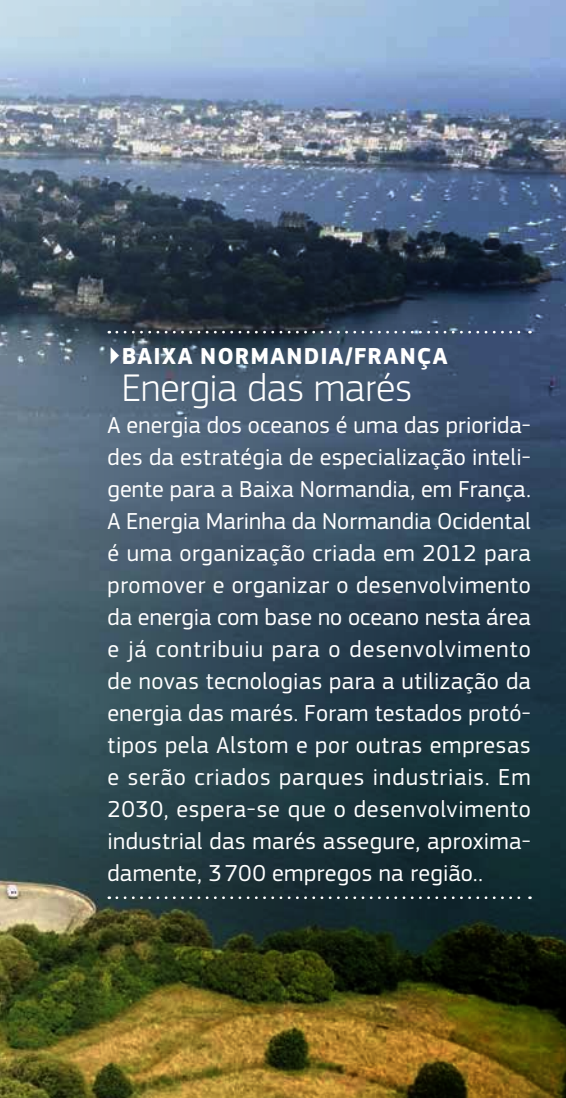
O apoio a uma economia assente num baixo nível de emissões de carbono inclui investimentos na eficiência energética de infraestruturas públicas, habitação e empresas, na produção e utilização de energias renováveis, nas redes de distribuição inteligentes e na mobilidade urbana sustentável, bem como na investigação e inovação nestas áreas.

O financiamento ESIF disponibilizará somas consideráveis às autoridades locais e regionais e a outros organismos, que podem ser investidas, conforme adequado, em medidas energéticas sustentáveis.

Este financiamento pode ser alavancado com outras fontes, tais como financiamentos privados, para desenvolver projetos de investimento consideráveis. Em muitos casos, este financiamento ESIF é o principal elemento de um pacote financeiro que atrai o investimento.

Política de coesão e alterações climáticas

A prevenção ou a diminuição dos efeitos das alterações climáticas é uma prioridade estratégica para a UE e está a impulsionar a sua transição para uma economia segura em termos energéticos e assente num baixo nível de emissões de carbono.



▶ BAIXA NORMANDIA/FRANÇA Energia das marés

A energia dos oceanos é uma das prioridades da estratégia de especialização inteligente para a Baixa Normandia, em França. A Energia Marinha da Normandia Ocidental é uma organização criada em 2012 para promover e organizar o desenvolvimento da energia com base no oceano nesta área e já contribuiu para o desenvolvimento de novas tecnologias para a utilização da energia das marés. Foram testados protótipos pela Alstom e por outras empresas e serão criados parques industriais. Em 2030, espera-se que o desenvolvimento industrial das marés assegure, aproximadamente, 3 700 empregos na região.



▶ NIEDERÖSTERREICH/ÁUSTRIA Cluster de construção verde

O Cluster de construção verde da Baixa Áustria é uma rede das empresas locais mais inovadoras, ativa em todas as áreas da eficiência energética e construção verde, remodelação, gestão energética e tecnologias energéticas. O Cluster liga os profissionais da construção aos investigadores para abordar estes desafios. O Cluster recebeu uma contribuição da UE de 1 milhão de euros.

A UE acordou que, no mínimo, 20% do seu orçamento de 960 mil milhões de euros para o período de 2014-2020 deve ser aplicado em ações relacionadas com alterações climáticas. Este valor representa, aproximadamente, o triplo da percentagem de 6-8% de 2007-2013.

A Europa está a trabalhar arduamente para reduzir substancialmente as suas emissões de gases com efeito de estufa e é uma força importante na cena internacional de incentivo a que outros países sigam o mesmo caminho.

Para cumprir as metas climáticas e energéticas da UE para 2020 em matéria de redução das emissões de gases com efeito de estufa (20%), aumento da percentagem das energias renováveis (20%) e aumento da eficiência energética (20%), é necessária uma grande aceleração dos investimentos até 2020.

O quadro político para 2030 em matéria de clima e energia acordado pelos líderes da UE em outubro de 2014 procura impulsionar o progresso contínuo rumo a uma economia assente num baixo nível de emissões de carbono com novas metas para a redução das emissões dos gases com efeito de estufa (40%), um aumento da percentagem das energias renováveis (27%) e em aumento da eficiência energética (30%).

Visa ainda criar um sistema energético seguro e competitivo, que garanta um fornecimento de energia acessível para todos os consumidores, aumente a segurança do aprovisionamento

energético da UE, reduza a nossa dependência das importações de energia e crie novas oportunidades de crescimento e emprego.

Além do mais, em resposta à crise política na Ucrânia e à importância global de um aprovisionamento energético estável e abundante para os cidadãos e as empresas da UE, a Comissão propôs uma estratégia de segurança energética para a UE em maio de 2014, com base num estudo aprofundado da dependência dos Estados-Membros em matéria de energia.

Os investimentos da política de coesão não só serão uma ferramenta essencial para ajudar os Estados-Membros a alcançar os objetivos da Europa 2020, incluindo as principais metas climáticas e energéticas, como também irão contribuir para a segurança do aprovisionamento energético, conforme salientado na Comunicação da Comissão sobre a Estratégia Europeia para a Segurança Energética.

Crescimento verde

Os investimentos substanciais exigidos para diminuir a utilização energética e aumentar as fontes renováveis têm um grande potencial para criar novas empresas e oportunidades de negócio, o que estimula o crescimento económico e cria postos de trabalho. Tais investimentos já dão à Europa uma vantagem competitiva em várias áreas.

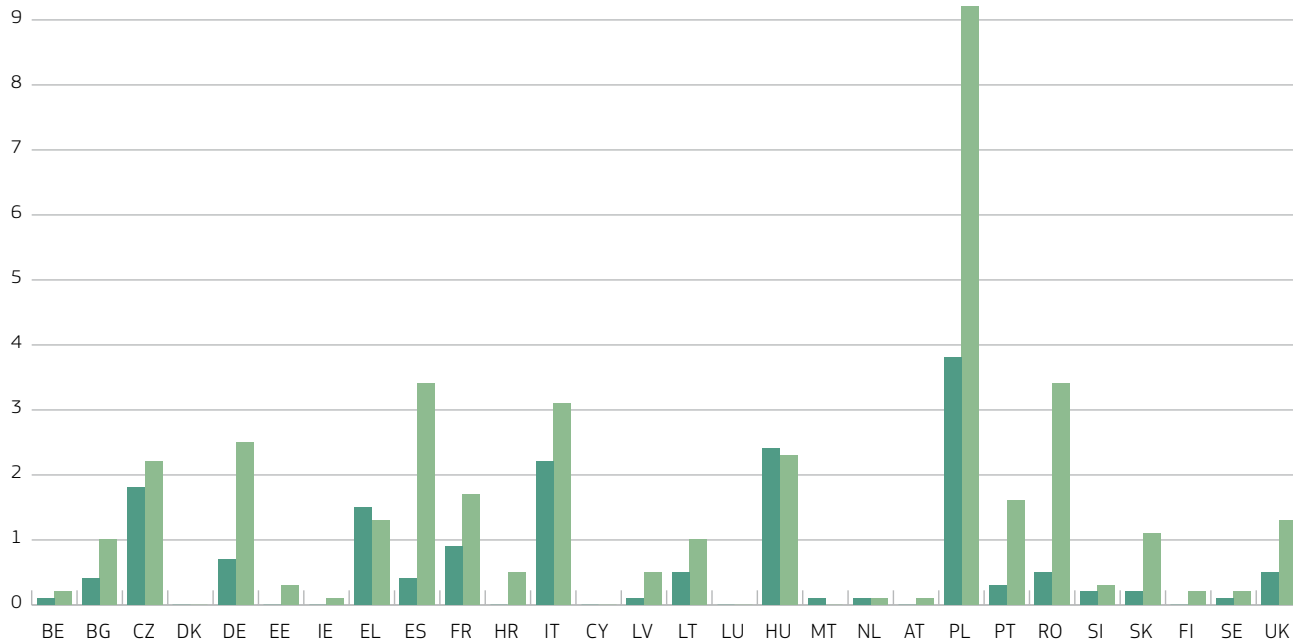
INVESTIMENTOS NUMA ECONOMIA ASSENTE NUM BAIXO NÍVEL DE EMISSÕES DE CARBONO

MONTANTES DO FEDER E DO FC ATRIBUÍDOS NOS ACORDOS DE PARCERIA A INVESTIMENTOS NUMA ECONOMIA ASSENTE NUM BAIXO NÍVEL DE EMISSÕES DE CARBONO PARA 2014-2020, EM COMPARAÇÃO COM UMA ESTIMATIVA DE DOTAÇÕES EQUIVALENTES EM 2007-2013.

MIL MILHÕES DE EUROS

2007-2013
2014-2020

Fonte: Comissão Europeia



Espera-se que a procura mundial de tecnologias ambientais, produtos e serviços ecológicos e ideias de design sustentáveis aumente rapidamente nos próximos anos. O mercado global, que tem atualmente um valor estimado de 1,15 biliões de euros por ano, poderá quase duplicar, prevendo-se uma média de cerca de 2 biliões de euros por ano para 2020⁽¹⁾.

Os Estados-Membros e as regiões da UE podem aproveitar estas oportunidades ao entrar neste mercado em expansão. Para isso, precisam de investir mais no desenvolvimento da investigação e inovação, bem como da capacidade empresarial em áreas como a energia sustentável, os serviços ecossistémicos e aecoinovação.

O sucesso na concretização desta passagem para uma economia assente num baixo nível de emissões de carbono e eficiente em termos de recursos será determinado, em grande medida, pelas decisões tomadas a nível local e regional. A política regional será vital para mobilizar o potencial que as cidades e as regiões da UE têm para dissociar o crescimento da exploração excessiva de recursos, nomeadamente através de estratégias de investigação e inovação com vista à especialização inteligente (RIS3).

Apoio para uma «infraestrutura energética inteligente»

O principal instrumento para investimentos na infraestrutura energética ao nível da UE é a Facilidade «Interligar

a Europa», que irá atribuir 5,85 mil milhões de euros para melhorar a infraestrutura energética transeuropeia (RTE-E) para o período 2014-2020. Contudo, a política de coesão também apoia investimentos em infraestruturas para sistemas inteligentes de transmissão, armazenamento e distribuição de energia, principalmente em regiões menos desenvolvidas.

Podem ser contemplados investimentos relacionados com eletricidade e gás, desde que contribuam para o desenvolvimento de sistemas inteligentes e complementem investimentos de apoio à transição para uma economia assente num baixo nível de emissões de carbono.

As estimativas preliminares sugerem que, aproximadamente, 2 mil milhões de euros do FEDER sejam atribuídos a esses investimentos, o que representa uma contribuição importante para a segurança do aprovisionamento.

Atrair investimento privado através dos fundos da UE

O financiamento da política de coesão da UE será complementado por cofinanciamentos privados e públicos nacionais. Os Estados-Membros têm manifestado o seu compromisso

(1) «Ligar o Crescimento Inteligente e Sustentável através da Especialização Inteligente – um guia prático para as autoridades de gestão do FEDER»: http://ec.europa.eu/regional_policy/sources/docgener/presenta/green_growth/greengrowth.pdf

político no sentido de permitir que instrumentos financeiros, como empréstimos, garantias ou capital de risco, desempenhem um papel mais importante no período de 2014-2020.

A utilização de instrumentos financeiros na política de coesão tem aumentado exponencialmente, tendo-se registado um aumento de dez vezes do período de 2000-2006 para o período de 2007-2013. Nos debates em curso sobre os programas, os Estados-Membros devem considerar as vantagens da utilização de instrumentos financeiros como uma forma potencialmente mais eficaz e sustentável de apoiar os investimentos energéticos através da utilização de instrumentos financeiros regionais, nacionais e/ou da UE. Este é, com efeito, um setor onde os instrumentos financeiros podem ser particularmente adequados e bem sucedidos.

Será possível utilizar subvenções como um complemento para apoiar, por exemplo, renovações profundas de edifícios que ultrapassam os requisitos mínimos de desempenho energético, para ajudar a desenvolver tecnologias inovadoras ou para resolver problemas sociais exacerbados pela crise em muitas regiões, como a pobreza relacionada com a escassez de combustível.

Em projetos como o Housing Europe (Federação Europeia de Habitação Pública, Cooperativa e Social), por exemplo, as associações de habitação estão a utilizar o financiamento do FEDER como uma alavanca para o financiamento privado de trabalhos de renovação com vista à poupança energética, conforme demonstrado pelo programa Retrofit South East do Reino Unido ⁽²⁾.

O fundo de participação JESSICA, criado com uma contribuição do FEDER, está a financiar a renovação de blocos de apartamentos com vista à eficiência energética na Lituânia, oferecendo um conjunto de subvenções e empréstimos subsidiados.

Na Estónia, o instrumento financeiro KredEx (Fundo de Garantias e Créditos da Estónia) foi estabelecido através da conjugação de diferentes fontes de financiamento: o FEDER, o Banco de Desenvolvimento do Conselho da Europa (CEB) e fundos próprios do KredEx. O KredEx funciona com determinados intermediários financeiros para fornecer empréstimos com taxas de juro reduzidas.

Eficiência energética nos edifícios

A redução do consumo energético nos edifícios europeus é fundamental. Quase 40% do consumo energético final, bem como 36% de todas as emissões de gases com efeito de estufa, pode ser atribuído a habitações, escritórios, lojas e outros edifícios no setor público e privado. Por conseguinte, é necessário um aumento significativo e sustentado do investimento público e privado em edifícios, para que a UE cumpra as suas metas em matéria de energia e alterações climáticas.

No período 2014-2020, os fundos da política de coesão desempenharão uma função fundamental na remodelação de edifícios, incluindo a utilização de energias renováveis e a eficiência energética em edifícios. Esses investimentos têm igualmente vantagens importantes em termos de desenvolvimento regional, competitividade, crescimento e emprego, bem como para atenuar a pobreza relacionada com a escassez de combustível.

Dimensão urbana

O período 2007-2013 registou a integração da «dimensão urbana» na política de coesão. Aproximadamente 72% da população total da UE vive em cidades, vilas e subúrbios e esta percentagem irá aumentar para 80% até 2050. As áreas urbanas são locais onde a economia cresce, são criados empregos, a poluição é gerada e são utilizados recursos escassos.

Todas as áreas urbanas são potenciais beneficiárias dos fundos da política de coesão e é provável que beneficiem de mais de metade do orçamento da política de coesão para o período 2014-2020. Além do mais, serão atribuídos aproximadamente 370 milhões de euros para testar e implementar soluções de inovação que visam dar resposta aos desafios do desenvolvimento urbano sustentável.

Planeamento estratégico e implementação eficaz

No âmbito da política de coesão reformada, os investimentos no setor da energia estarão mais alinhados com as estratégias nacionais do que nunca. Na realidade, o respetivo planeamento de acordo com os Planos Nacionais de Ação para a Eficiência Energética e os Planos Nacionais de Ação para as Energias Renováveis é uma pré-condição.

Este tipo de planeamento estratégico significa que as dotações para vários tipos de investimentos energéticos serão diferentes entre os Estados-Membros, refletindo as diferenças em termos do volume total dos fundos disponíveis, das prioridades e das necessidades nacionais.

Uma vez implementados todos os programas da política de coesão, o desenvolvimento e a implementação de projetos de elevada qualidade na área da energia serão fundamentais. Para que isso aconteça, será necessário o envolvimento contínuo das autoridades energéticas locais, regionais e nacionais e das partes interessadas. As estratégias macrorregionais da UE (para o Mar Báltico, o Danúbio e o Adriático e o Jónico), bem como os programas da Cooperação Territorial Europeia, podem também desempenhar um papel importante neste sentido, ao promover e apoiar ainda mais as questões energéticas, tendo a eficiência e a segurança energética como principais prioridades.

(2) «Investimentos na habitação apoiados pelo Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional 2007-2013 – Habitação e revitalização urbana sustentável»:
http://ec.europa.eu/regional_policy/sources/docgener/studies/pdf/housing/2013_housing_study.pdf

▶ SAIBA MAIS

http://ec.europa.eu/regional_policy/activity/energy/index_pt.cfm

▶ GRANDE AFLUÊNCIA DOS PARCEIROS REGIONAIS NO OPEN DAYS 2014

Com a implantação do período de programação 2014-2020 e a conclusão de novos planos de investimento, os parceiros regionais da política de coesão afluíram ao OPEN DAYS 2014 para participar em mais de 100 workshops e eventos sobre inúmeros aspetos da aplicação das novas regras de investimento.

A 12.ª Semana Europeia das Regiões e Cidades – OPEN DAYS, o fórum anual organizado em conjunto pela Direção-Geral da Política Regional e Urbana e pelo Comité das Regiões, atraiu mais de 5 000 pessoas a Bruxelas, de 6 a 9 de outubro.

Representantes de, aproximadamente, 200 parceiros regionais e cidades reuniram-se em Bruxelas para o evento de quatro dias no âmbito do tema «Crescimento conjunto – Investimento inteligente nas pessoas». Participaram também muitos académicos, associações e outros organismos interessados. O interesse da imprensa foi grande, com mais de 250 jornalistas presentes.

O evento incluiu mais de 700 oradores, 110 dos quais eram políticos eleitos. Foram organizados mais de 100 workshops, bem como um número recorde de 47 eventos paralelos e sessões de trabalho em rede. Para quem não pôde comparecer pessoalmente, muitas das sessões foram transmitidas online.

Eventos locais na Europa

O OPEN DAYS esteve, uma vez mais, associado a cerca de 300 eventos locais sob o lema «A Europa na minha região/cidade».

Estes eventos, com tópicos relacionados com a política de coesão da UE, a Europa 2020 e a cooperação transfronteiriça, tiveram início em setembro e continuaram até ao fim de novembro, atraindo aproximadamente 30 000-40 000 pessoas.

Momento crítico na política de coesão

O OPEN DAYS deste ano foi realizado no início do novo período de programação da implementação do orçamento da UE para 2014-2020, pouco tempo antes da entrada em funções da nova Comissão, com **Corina Crețu** da Roménia a assumir a função de Comissária da Política Regional.

O tema da conferência «Crescimento conjunto – Investimento inteligente nas pessoas» foi selecionado para realçar a importância da implementação eficaz dos Fundos Estruturais e de Investimento Europeus (ESIF) por parte dos beneficiários e das autoridades locais e regionais. As parcerias estruturadas e o investimento específico são agora um pré-requisito necessário para tirar o máximo partido da nova política de coesão da UE orientada para o desempenho e os resultados.

«O OPEN DAYS é a melhor demonstração da importância da gestão partilhada no contexto dos Fundos Estruturais e de Investimento Europeus», afirmou o antigo Comissário da política regional **Johannes Hahn**.

«Esta abordagem criou relacionamentos sólidos, não só entre a Comissão Europeia e os Estados-Membros, mas, sobretudo, entre as autoridades nacionais, regionais e locais e as partes interessadas. Este princípio de parceria e de abordagem inclusiva esteve na base do êxito da política de coesão.»

«Graças ao princípio de gestão partilhada e da abordagem da parceria, a política de coesão consegue ser aplicada no terreno, mobilizar recursos e criar um sentido de propriedade. São precisamente estes os motivos pelos quais a política de coesão pode contribuir para os nossos objetivos europeus comuns. A reforma tornou a política de coesão um instrumento para fazer face a quaisquer desafios que possam surgir até 2020 e posteriormente.»

O Presidente do Comité das Regiões **Michel Lebrun** salientou que «Chegou o momento de apresentar resultados e o OPEN DAYS é precisamente para isso: apresentar o valor acrescentado obtido com dinheiro da UE ao nível das nossas regiões e cidades. [...] «Não nos devemos esquecer de que o “Crescimento conjunto – Investimento inteligente nas



OPEN DAYS RESUMIDAMENTE



“pessoas” é o que conta agora para os responsáveis pela maioria dos programas a iniciar no período 2014-2020.»

De facto, o conjunto de workshops e seminários do OPEN DAYS constituiu uma plataforma valiosa para o debate e o intercâmbio de informações sobre as novas formas de trabalhar com a política reformada. Com a preparação do lançamento de, aproximadamente, 500 programas da UE financiados pelo ESIF, é necessário que as administrações públicas de todos os níveis do governo trabalhem cada vez mais em conjunto para garantir a sua gestão eficiente.

Discursos de alto nível

A conferência teve início com uma série de discursos importantes que realçaram as conclusões mais recentes relativamente ao desenvolvimento regional e urbano incluídas no 6.º Relatório sobre a Coesão da Comissão.

O Secretário-geral da OCDE, **José Angel Gurría**, apresentou a investigação mais recente da OCDE nos relatórios *Perspetivas Regionais 2014* e *Bem-estar Regional*, ambos lançados no evento. Estes relatórios constituem uma valiosa compilação de informações sobre o impacto da crise nas regiões, o estado das finanças subnacionais e as reformas governamentais.

Também o relatório de **Luc van den Brande** dirigido ao Comissário Hahn sobre a aplicação do princípio de parceria e de governação combinada na programação do ESIF para 2014-2020 foi revelado (ver o artigo na página 27), tal como a edição de 2014 do *Anuário Regional* do Eurostat.

À sessão de abertura seguiu-se uma reunião conjunta entre a Comissão para a Política de Coesão Territorial (COTER) do Comité das Regiões e a Comissão do Desenvolvimento Regional do Parlamento Europeu (REGI) para discussão do tópico «Colocar as cidades e as regiões novamente no caminho do crescimento e da convergência – Como utilizar os novos instrumentos da política de coesão da melhor forma».

DELEGADOS DA UE EM COMPARAÇÃO COM DELEGADOS FORA DA UE



QUAL A ORIGEM DOS DELEGADOS FORA DA EUROPA?



18 743km

MAIOR DISTÂNCIA PERCORRIDA POR UM DELEGADO
(Nova Zelândia ▶ Bélgica)

▶ Na Master Class, os alunos do doutoramento e os investigadores em início de carreira debateram o futuro da política de coesão e identificaram novas áreas de investigação.



Os membros de ambos os comités analisaram, na presença de representantes de autoridades locais e regionais europeias, a utilização do pacote da política de coesão 2014-2020. Esta sessão centrou-se ainda nos novos instrumentos das regiões, tais como o Investimento Territorial Integrado (ITI) e o Desenvolvimento Local orientado para a Comunidade (DLOC), bem como na forma como as cidades e as regiões podem aproveitar da melhor forma os instrumentos disponíveis.

O debate incidiu especialmente na questão de como garantir que as autoridades locais e regionais têm a capacidade necessária para lidar com o novo ESIF e de como os beneficiários podem ser apoiados nesta área.

Boa recetividade

O nível de participação confirmou que o OPEN DAYS é o «local certo» para quem está envolvido na política regional.

De acordo com os comentários obtidos através do inquérito pós-evento, os participantes apreciam a partilha de informações aprofundadas, para além do que está disponível nos Web sites da Comissão Europeia.

Com participantes provenientes de países de todo o mundo, o OPEN DAYS demonstrou, uma vez mais, a vantagem de fazer parte da comunidade da política regional dinâmica.

▶ MASTER CLASS GERA IDEIAS PARA INVESTIGAÇÃO FUTURA

Pelo segundo ano consecutivo, um grupo de académicos foi convidado a participar numa Master Class do OPEN DAYS, para debater e desenvolver ideias acerca do futuro da política de coesão. As suas conclusões representam uma contribuição enriquecedora para o debate sobre o sentido da investigação nesta área.

A Master Class é uma iniciativa conjunta da Direção-geral da Política Regional e Urbana, do Comité das Regiões e da Associação de Estudos Regionais e está aberta a alunos do doutoramento e a investigadores em início de carreira no campo da política regional e urbana. O seu programa de palestras e módulos é conduzido por académicos de elevada reputação no campo da política regional e urbana, bem como por especialistas das instituições da UE.

Este ano, foram selecionados 29 participantes de universidades de 15 Estados-Membros e três países fora da UE para participar na Master Class.

O programa Master Class incidiu em três temas:

- ▶ a reforma da política de coesão da UE e o seu impacto no desenvolvimento regional e urbano na UE;
- ▶ o reforço da capacidade administrativa e de parcerias a nível local;
- ▶ os desafios da Cooperação Territorial Europeia.

Foi organizada uma sessão Café Mundial sobre o desempenho futuro da política de coesão da UE.

Reformas, governação e gestão

Durante as sessões, que foram moderadas por funcionários da Comissão, pelo CoR e por académicos, os participantes foram divididos em grupos que abordaram os diferentes temas da Master Class.

O grupo que abordou as reformas, a governação e a gestão da política de coesão da UE realçou a necessidade de uma abordagem mais interdisciplinar à governação e ao desenvolvimento local. Abordou a necessidade de melhores parcerias e de uma governação combinada, que poderia representar melhor as preferências locais.

O grupo apresentou cinco pontos para orientar uma investigação futura:

- ▶ Reforçar a legitimidade da política de coesão através do envolvimento efetivo de partes interessadas subnacionais. A investigação deve incidir sobre a natureza de um empenhamento ascendente eficaz.
- ▶ Desenvolver novas abordagens conceptuais que tenham em conta as assimetrias entre as regiões europeias. A investigação deve ir além das estruturas estáticas e incidir no dinamismo do processo de criação e implementação de políticas.
- ▶ Devem ser avaliados os efeitos a curto e a longo prazo da condicionalidade macroeconómica nas regiões problemáticas. A investigação deve procurar consequências contra-produtivas ao nível regional.
- ▶ Redirecionar a fundamentação da política do crescimento económico para o desenvolvimento regional. Em vez de iniciativas de emprego a curto prazo, a investigação deve incidir na prestação de serviços sociais, na modernização da infraestrutura e das administrações públicas, etc., para combater a estagnação económica.
- ▶ Examinar o desempenho do financiamento integrado: e avaliar se a concentração temática tem um melhor desempenho do que a variedade de iniciativas anteriormente generalizada.

Reforço de capacidades

Um segundo grupo incidiu no desenvolvimento de capacidades administrativas e debateu a importância de uma boa governação. Estes investigadores concluíram que a capacidade administrativa se tinha tornado uma condição

fundamental na implementação com êxito de qualquer política nacional ou europeia, mas que essa investigação poderia ajudar a compreender melhor os vários componentes da capacidade administrativa.

O grupo sugeriu uma maior conceptualização e clarificação da noção de boa governação. Realçou a falta de indicadores e de uma metodologia para avaliar o impacto das políticas de desenvolvimento.

Os participantes propuseram uma maior ênfase na redução da intervenção política nas administrações públicas. Foi proposta uma investigação mais aprofundada sobre o papel da liderança política e da sociedade civil para assegurar a criação de administrações públicas eficazes, competitivas e flexíveis.

Cooperação Territorial

Um terceiro grupo debateu os problemas da cooperação territorial. O debate centrou-se no processo da cooperação transfronteiriça, uma vez que absorve mais de 70% dos fundos da cooperação territorial da UE e, provavelmente, envolve mais de 90% da investigação académica sobre os estudos da cooperação territorial.


O grupo identificou, *entre outros*, os seguintes problemas da cooperação territorial relevantes para uma investigação futura:

- ▶ Governação transfronteiriça.
- ▶ Desenvolvimento de capacidades nos programas de cooperação territorial.
- ▶ Como medir o êxito/fracasso da cooperação territorial.
- ▶ Definir a tipologia das diferentes realidades fronteiriças para propor variações nos programas.
- ▶ Definir uma metodologia coerente para recolha de dados.

Por último, o grupo sugeriu que a investigação futura não incidisse apenas em questões práticas, mas que considerasse também o ponto de vista académico e procurasse assim reforçar as ligações com a teoria.

▶ COOPERAÇÃO TERRITORIAL AO ABRIGO DA POLÍTICA DE COESÃO REFORMADA

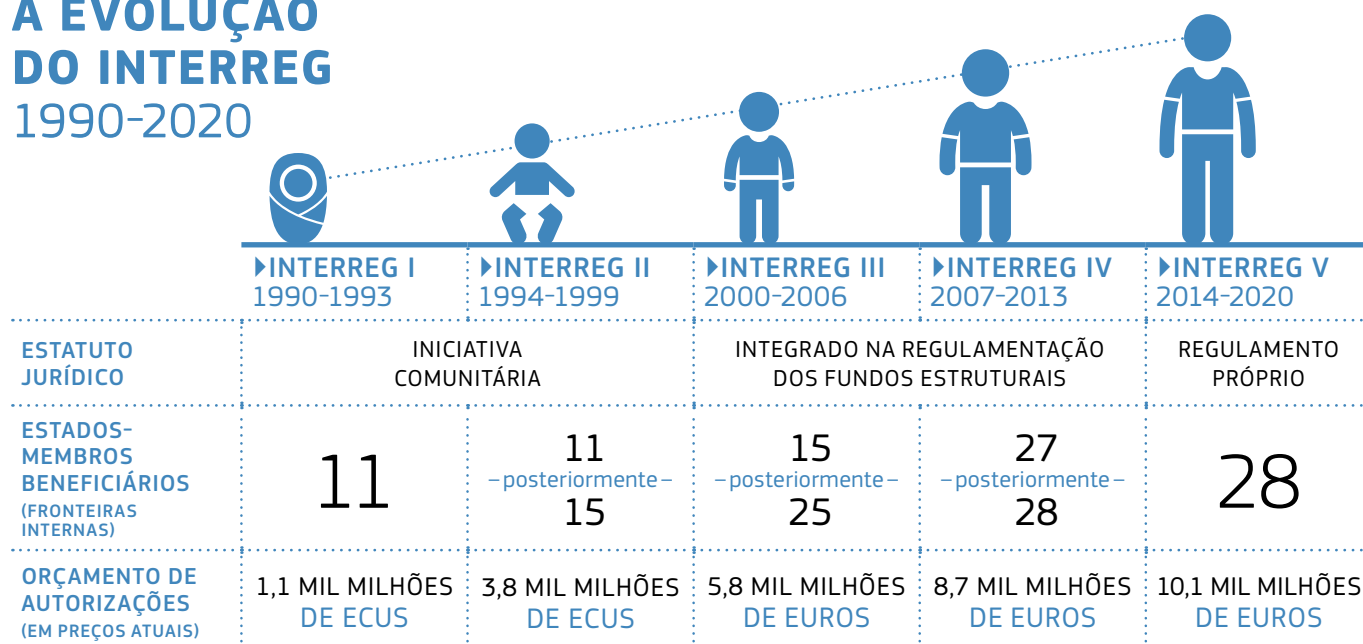
O QUE É QUE O PERÍODO 2014-2020 PROPÕE
PARA O PROGRAMA INTERREG?

Interreg  Inicialmente desenvolvido como uma Iniciativa Comunitária em 1990 com um orçamento de mil milhões de euros e abrangendo uma cooperação exclusivamente transfronteiriça, o Interreg foi desenvolvido como um «objeto» formal da política de coesão europeia no ano 2000. Ao longo dos anos, o Interreg tornou-se um instrumento sólido para apoiar a cooperação transfronteiriça entre os parceiros: entre regiões localizadas nas fronteiras externas e internas da UE, regiões localizadas em áreas transnacionais e regiões nos 28 Estados-Membros, que pretendem aprender umas com as outras com vista a fomentar um crescimento sustentável e inteligente.

Atualmente, entramos no quinto período de programação do Interreg e, em 2015, vamos comemorar o seu 25.º aniversário. O Interreg representa atualmente mais de 10 mil milhões de euros investidos na cooperação entre regiões e parceiros territoriais, sociais e económicos num quadro de mais de 100 programas de cooperação. O Interreg trouxe muitas mudanças: ajudou a curar feridas antigas e mudou mentalidades, investiu na construção de pontes entre fronteiras e culturas, realçou a importância da procura conjunta de recursos comuns e criou um verdadeiro sentimento de pertença e de solidariedade em muitas regiões.

Os programas Interreg são também chamados a contribuir para a reforma da política de coesão para o novo período 2014-2020. Uma abordagem mais estratégica, resultados melhores e mais claros e uma maior concentração para se obter maior impacto são novos desafios para quem está envolvido, tanto para os programas como para os parceiros do projeto.

▼ A EVOLUÇÃO DO INTERREG 1990-2020



INTERREG 2014-2020



▶ INTERREG VA TRANSFRONTEIRIÇO



▶ INTERREG VB TRANSNACIONAL



▶ INTERREG VC INTER-REGIONAL



* Contribuição do ERDF

Porquê cooperar?

Em conformidade com o artigo 174 do Tratado sobre o Funcionamento da União Europeia, o Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional (FEDER) contribui para reduzir as disparidades entre os níveis de desenvolvimento nas várias regiões da UE e, especialmente, onde se registe um atraso no desenvolvimento em algumas regiões: áreas rurais, áreas afetadas pela transição industrial, regiões com desvantagens demográficas ou naturais graves e permanentes, ilhas, regiões montanhosas e transfronteiriças. Portanto, além de apoiar o investimento no crescimento e no emprego (o primeiro objetivo da política de coesão 2014-2020), no âmbito do objetivo da cooperação territorial europeia (o segundo objetivo da política de coesão 2014-2020), o FEDER também financia programas transfronteiriços, transnacionais e inter-regionais para apoiar o desenvolvimento harmonioso do território da União⁽¹⁾.

Um terço da população da UE vive em áreas fronteiriças ao longo de 38 fronteiras internas que ainda são frequentemente afetadas por barreiras geográficas, linguísticas, administrativas e legais. Em algumas áreas fronteiriças, os programas Interreg ainda têm de curar as feridas da história, transformar «inimigos» recentes em «vizinhos» e estabelecer uma confiança duradoura. Os estágios mais integrados da cooperação contribuem para o desenvolvimento territorial harmonioso ao criar condições de vida e de trabalho que podem ajudar a reter capital humano e conhecimentos nas áreas fronteiriças e a atrair empresas inovadoras. A cooperação pode contribuir para uma exploração conjunta mais eficiente do potencial subutilizado para impulsionar o desenvolvimento económico em regiões frequentemente periféricas. Contribui igualmente para a gestão conjunta de um território comum, reconhecendo, desta forma, a natureza sem fronteiras dos elementos naturais, como a água e o ar.

A cooperação em áreas regionais de maior dimensão também acrescenta uma dimensão europeia importante para o desenvolvimento regional: as grandes áreas funcionais precisam de ser analisadas em conjunto ao nível europeu, para que as prioridades e as respostas estratégicas sejam acordadas e implementadas. Por último, a cooperação permite a criação de redes nos 28 Estados-Membros da UE para desenvolver boas práticas e facilitar o intercâmbio de experiências pelas regiões bem sucedidas. Uma aprendizagem mútua é um verdadeiro ativo partilhado pelas regiões europeias.

(1) Regulamento da Cooperação Territorial Europeia: Regulamento (UE) número 1299/2013 do Parlamento Europeu e do Conselho de 17 de dezembro de 2013 sobre as disposições específicas para o apoio do Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional para o objetivo da Cooperação Territorial Europeia, JOUE L 347 de 20 de dezembro de 2013, p. 259.



▶ **BÉLGICA/FRANÇA**
Cuidados de saúde
transfronteiriços

Há mais de 20 anos que o mecanismo de cooperação apoiado pelo programa Interreg visa melhorar o acesso aos cuidados de saúde para as pessoas que vivem na área da fronteira entre a França e a Bélgica, ao reforçar a capacidade dos serviços médicos e de saúde em ambos os países e agregar equipamento.



Um acordo-quadro, negociado entre a França e a Bélgica em 2002 e que entrou em vigor em 2011, criou «regiões de saúde» que dão aos pacientes residentes a possibilidade de serem tratados em ambos os lados da fronteira entre a França e a Bélgica, sem quaisquer obstáculos administrativos ou financeiros. Em 2013, estima-se que mais de 15 000 pacientes atravessaram a fronteira para receber tratamento, aproximadamente 6 000 pacientes franceses incapacitados permaneceram num estabelecimento de saúde belga e foram realizadas mais de 500 intervenções médicas de emergência além fronteiras, através dos serviços de cuidados intensivos e de emergência móvel em ambos os lados da fronteira. Está em curso a ratificação de dois outros acordos relativamente à assistência médica de emergência e aos serviços prestados a pessoas com deficiência.

Espera-se que o novo programa Interreg dê resposta a determinadas necessidades e desafios:

- ▶ gestão de TI de pacientes pela respetiva companhia de seguros de saúde;
- ▶ acordo-quadro relativamente à repatriação de cadáveres de pacientes que faleceram no outro lado da fronteira;
- ▶ desenvolver a cooperação para a gestão das necessidades dos idosos e das pessoas dependentes;
- ▶ projetos transfronteiriços para a promoção, a prevenção e a educação do paciente;
- ▶ melhorar a comunicação dos resultados do projeto.

▶ **BÉLGICA/FRANÇA/IRLANDA/REINO UNIDO**
InTraDE – Transporte Inteligente
para um Ambiente Dinâmico

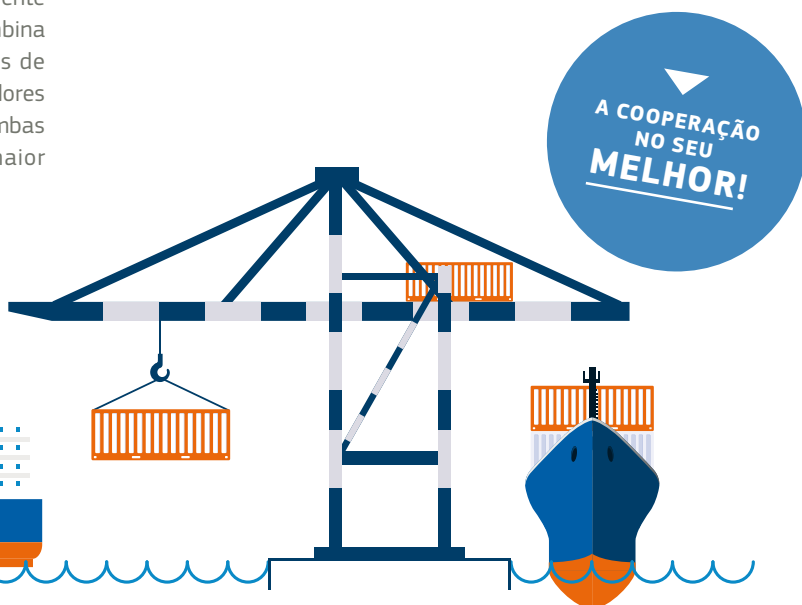
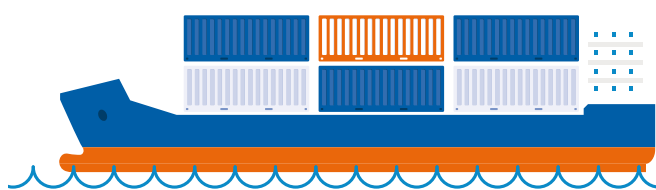
O projeto InTraDE, financiado no âmbito do programa da região do Nordeste da Europa Interreg IV B, está a melhorar a conectividade na região ao promover um transporte inteligente e sustentável e soluções de TIC.

O InTraDE está a criar um novo conceito nos Veículos Autónomos Inteligentes para processar e transportar autonomamente mercadorias nos espaços confinados dos portos regionais do Nordeste da Europa e que está a ser testado nos portos de Radicatel (França), Dublin (Irlanda) e Oostende (Bélgica).

Um estudo sobre o impacto socioeconómico mostrou que o veículo tem uma vantagem sobre os sistemas de rotas dos contentores nos portos existentes e que teve êxito ao otimizar o processo e o espaço necessário para carregar e descarregar contentores de transporte e se adaptou à infraestrutura existente.

O projeto gerou um capital de conhecimentos significativo que será incorporado num Mestrado Internacional em Robótica e Transporte de dois anos lecionado em inglês, ministrado conjuntamente por Polytech-Lille e École Centrale de Lille. O programa combina uma variedade de aplicações práticas através de bancos de ensaio tecnológicos, tais como robôs holonómicos, manipuladores de robôs e veículos autónomos inteligentes, disponíveis em ambas as instituições com o propósito de experimentação e maior desenvolvimento.

▶ **SAIBA MAIS**
<http://www.intrade-nwe.eu/>



INTERREG vs. PROGRAMAS ESPECÍFICOS POR PAÍS

ESPECÍFICOS POR PAÍS

POLÍTICA DE COESÃO – INVESTIMENTO PARA O OBJETIVO DO CRESCIMENTO E DA CRIAÇÃO DE EMPREGO

INTERREG

POLÍTICA DE COESÃO – OBJETIVO DA COOPERAÇÃO TERRITORIAL EUROPEIA

▶ REQUISITOS DE ORIENTAÇÃO PARA OS MESMOS RESULTADOS



QUADRO DE DESEMPENHO



...MAS SEM RESERVA DE DESEMPENHO



CONCENTRAÇÃO TEMÁTICA

...MAS REGRAS ESPECÍFICAS (80% DO ORÇAMENTO PARA A ASSISTÊNCIA NÃO TÉCNICA PARA INCIDIR NUM MÁXIMO DE 4 OBJETIVOS TEMÁTICOS)

▶ 11 OBJETIVOS TEMÁTICOS

...MAIS ALGUMAS PRIORIDADES DE INVESTIMENTO ESPECÍFICAS

ENTRE AS QUAIS, O DIÁLOGO ENTRE AS INSTITUIÇÕES E OS CIDADÃOS



O Interreg ao abrigo da política de coesão reformada

A política de coesão para o período 2014-2020 tem sido reformada significativamente para obter um maior impacto. Com o objetivo global de ajudar a concretizar as metas da Europa 2020 para um crescimento inteligente, sustentável e inclusivo, é necessário efetuar investimentos de uma forma mais estratégica e integrada. Nesse sentido, os investimentos no âmbito do FEDER incidirão em quatro prioridades fundamentais: inovação e investigação, a agenda digital, apoio a pequenas e médias empresas (PME) e a economia assente num baixo nível de emissões de carbono. Os programas Interreg contribuirão diretamente para este esforço de concentração, continuando a incidir especificamente na melhoria da cooperação institucional entre fronteiras.

Para garantir o maior impacto possível dos fundos da UE disponíveis, a política de coesão reformada centra-se ainda mais em objetivos e resultados através de metas e objetivos claros, transparentes e mensuráveis e numa maior ênfase na avaliação. Também os programas Interreg são chamados a ser mais estratégicos e a definir resultados melhores e mais claros.

Neste novo período, também é fundamental o objetivo de reforçar a cooperação entre os vários instrumentos de financiamento, os programas e os mecanismos de cooperação, tais como as estratégias macrorregionais. Os novos programas Interreg serão chamados a reforçar as suas ligações com os programas nacionais e regionais e a apresentar uma maior consistência com as macrorregiões recentemente desenvolvidas.

Por último, a política de coesão reformada centra-se também na simplificação ao estabelecer um conjunto comum de regras para todos os Fundos Estruturais e de Investimento Europeus, bem como regras contabilísticas mais simples, regras de elegibilidade mais claras e exigências de relatórios mais direcionados. Espera-se que os programas Interreg tirem o máximo partido destas oportunidades de simplificação para reduzir a carga administrativa colocada nos beneficiários.

▶ SAIBA MAIS

http://ec.europa.eu/regional_policy/cooperate/cooperation/index_en.cfm

▶ NOTÍCIAS

[NOTÍCIAS BREVES]

INTERCÂMBIO DE EXPERIÊNCIAS SOBRE INSTRUMENTOS FINANCEIROS

O OPEN DAYS deste ano incluiu uma sessão de painel que apresentou o trabalho do projeto FIN-EN, «Sharing Methodologies on Financial Engineering» (Partilha de metodologias na área de engenharia financeira), uma iniciativa de 13 instituições, cada uma representando uma região da UE diferente. Este projeto único, cofinanciado pelo FEDER através do programa de cooperação Interreg IV C, incentivou um intercâmbio inter-regional de experiências sobre instrumentos financeiros (IFs) e analisou as vantagens e as desvantagens da respetiva implementação.



Com o FIN-EN a chegar ao fim em dezembro de 2014, é a altura para fazer um balanço do projeto e uma estimativa da utilização dos IFs no novo período de programação. O resumo executivo do projeto identifica seis áreas que abrem possibilidades a novas ações: desenvolvimento de capacidades, continuidade, flexibilidade, alavancagem, calendarização e certificação.

▶ SAIBA MAIS

Resumo executivo e diretrizes do FIN-EN:
<http://www.fin-en.eu/index.php/fin/guidelines/>

Consulte também o perfil do projeto FIN-EN na *Panorama 47*.



O NOVO RELATÓRIO DA COMISSÃO «NORTHERN IRELAND IN EUROPE»

Lançado em Bruxelas a 3 de novembro de 2014, o relatório assinala um marco importante num relacionamento que se tem aprofundado desde a decisão em 2007 do então Presidente da Comissão **José Manuel Barroso** de criar um grupo de missão para a Irlanda do Norte dentro da instituição. A representar a região no lançamento conjunto, **Malcolm McKibbin**, diretor da Função Pública da Irlanda do Norte, afirmou que o novo relatório «confirma a mudança significativa no envolvimento da Irlanda do Norte na Europa, que o Grupo de missão foi estabelecido para facilitar». Acrescentou: «No futuro, continuaremos a reforçar o nosso envolvimento na Europa, com objetivos mais ambiciosos definidos relativamente à utilização de fundos, com uma maior determinação para fazermos com que a nossa voz seja ouvida no desenvolvimento da política europeia e que a nossa região seja vista como uma parceira de escolha para outras regiões na UE.» O Grupo de Missão da Irlanda do Norte tem origem no acordo para restabelecer os mecanismos da partilha de poderes na Irlanda do Norte em maio de 2007, envolvendo os dois maiores partidos políticos, o Partido Democrático Unionista (DUP) e o partido Republicano, o Sinn Fein (SF). O presidente da Comissão, José Manuel Barroso, ofereceu-se para criar um grupo de missão na Comissão para avaliar como a Irlanda do Norte poderia beneficiar mais das políticas da UE e como poderia participar mais ativamente no processo político da UE para gerar maior prosperidade. O GTIN tem sido bastante flexível e o grupo inicial de 10 serviços da Comissão foi posteriormente aumentado para 18. O relatório mais recente é baseado numa entrega efetuada à Assembleia do Norte no início de 2014 sobre o resultado dos sete anos de operação do GTIN.

▶ SAIBA MAIS

http://ec.europa.eu/regional_policy/activity/ireland/report2014.pdf



1. **ADELA NISTORA, Portugal:** Projeto: Marina de Ponta Delgada, São Miguel, Açores, Portugal – fundo da UE: FEDER
2. **IEVA VĪKSNE, Letónia:** Projeto: Novo comboio em Riga que transporta passageiros de uma costa para a outra – fundo da UE: FEDER
3. **KRISTINA GRIGUOLÉ, Lituânia:** Projeto: Serviços geológicos da Lituânia – fundo da UE: FEDER

▶ O cartaz nas páginas 22-23 está disponível em formato A1 a pedido para: regio-panorama@ec.europa.eu

EUROPE IN MY REGION – CONCURSO DE FOTOGRAFIA

Os fundos da UE ajudam a resolver um vasto leque de problemas na Europa, desde melhorar as ligações de transportes e apoiar as pequenas e médias empresas, a investir num ambiente mais limpo, desenvolver novos produtos e melhorar a educação e as competências. O concurso de fotografia «A Europa na minha região» visa destacar o excelente trabalho realizado em projetos por toda em Europa com a ajuda dos fundos da UE e explorar o significado destes projetos para as comunidades locais.

O concurso de 2014 realizou-se durante o verão e foi executado, tal como em anos anteriores, nas redes sociais. As participações foram carregadas na plataforma online e, posteriormente, abertas ao voto público. No total, registaram-se mais de 100 000 visitas únicas à aplicação do Facebook, mais de 1 000 fotografias elegíveis enviadas e mais de 14 000 votos emitidos.

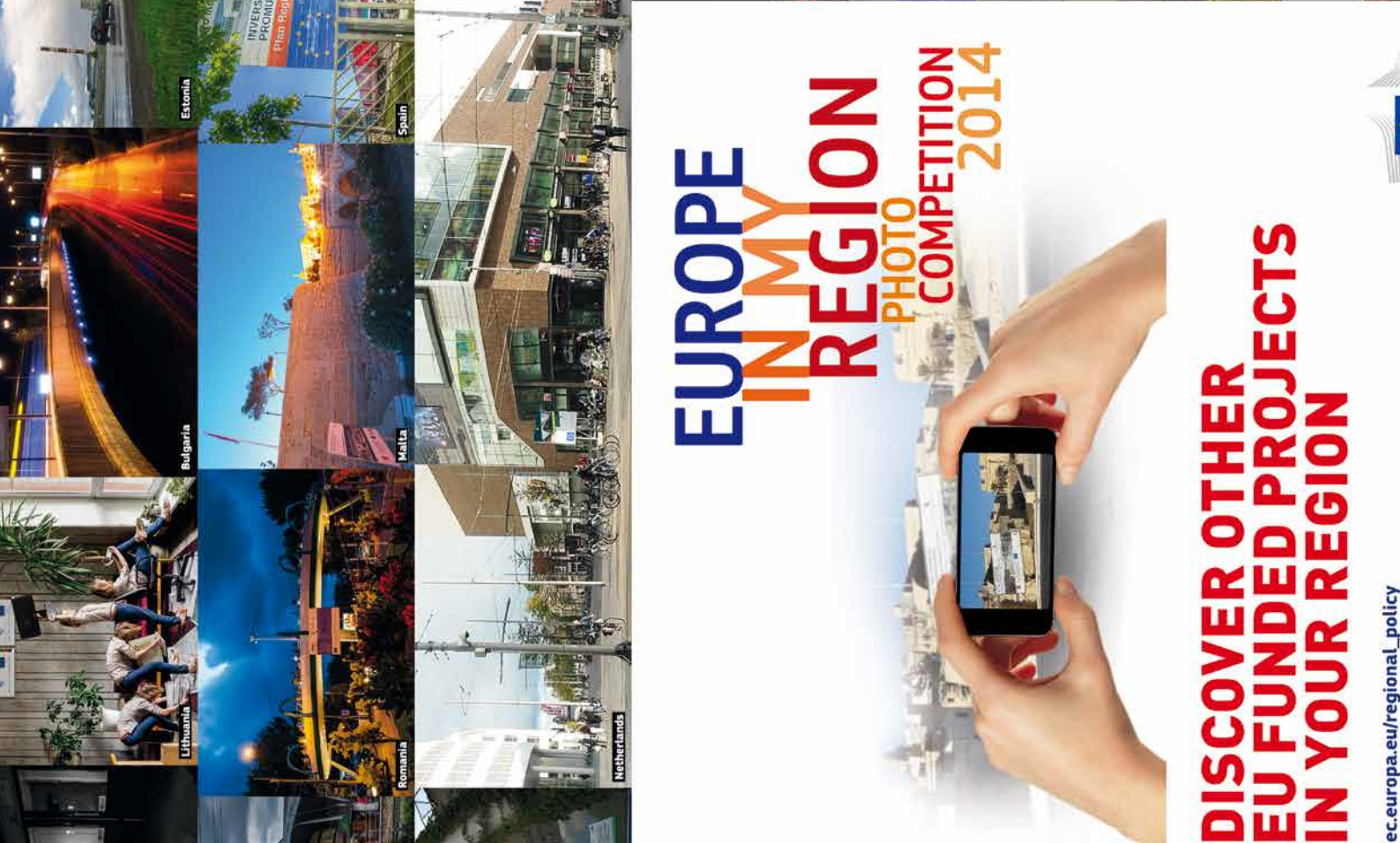
▶ **1 002**
participações de ▶ **27**
países

▶ **14 268**
votos

▶ **106 474**
visitantes únicos
à aplicação das
redes sociais

▶ **3**
vencedoras

Um júri independente composto por profissionais das redes sociais e de fotografia escolheram três vencedores entre as 100 fotografias que receberam mais votos e uma seleção de 50 «wildcards». Os vencedores foram **Adela Nistora**, de Portugal, **Kristina Griguolė**, da Lituânia e **Ieva Vīksne**, da Letónia, que receberam cada uma 1 000 euros em equipamento fotográfico e uma viagem para duas pessoas a Bruxelas. Receberam os prémios do **Comissário Hahn** numa cerimónia durante o OPEN DAYS – a Semana Europeia das Regiões e Cidades, em Bruxelas, em outubro, e partilharam as histórias por trás das suas vitórias.



EUROPE IN MY REGION PHOTO COMPETITION 2014

**DISCOVER OTHER
EU FUNDED PROJECTS
IN YOUR REGION**

ec.europa.eu/regional_policy





Romania

United Kingdom

Italy

Latvia

Netherlands

Ireland

Spain

Italy

Latvia

Lithuania

Romania

Slovenia

Italy

Latvia

Bulgaria

Bulgaria

Portugal

Italy

France

Greece

United Kingdom

Slovenia

Italy

Latvia

Greece

Portugal

Czech Republic

Italy

Slovakia

Spain

Romania

Malta

Italy

Lithuania

Poland

Greece

Malta

Italy

Cyprus

United Kingdom

Malta

Italy

France

Poland

United Kingdom

Malta

Italy

France

Poland

United Kingdom

Malta

Italy

France

Poland

United Kingdom

Malta

Italy

France

Poland

United Kingdom

Malta

Italy

France

Poland

United Kingdom

Malta

Italy

France

Poland

United Kingdom

Malta

Italy

France

Poland

United Kingdom

Malta

Italy

France

Poland

United Kingdom

Malta

Italy

France

Poland

United Kingdom

Malta

Italy

France

Poland

United Kingdom

Malta

Italy

France

Poland

United Kingdom

Malta

Italy

France

Poland

United Kingdom

Malta

Italy

France

Poland

United Kingdom

Malta

Italy

France

Poland

United Kingdom

Malta

Italy

France

Poland

United Kingdom

Malta

Italy

France

Poland

United Kingdom

Malta

Italy

France

Poland

United Kingdom

Malta

Italy

France

Poland

United Kingdom

Malta

Italy

France

Poland

United Kingdom

Malta

Italy

France

Poland

United Kingdom

Malta

Italy

France

Poland

United Kingdom

Malta

Italy

France

Poland

United Kingdom

Malta

Italy

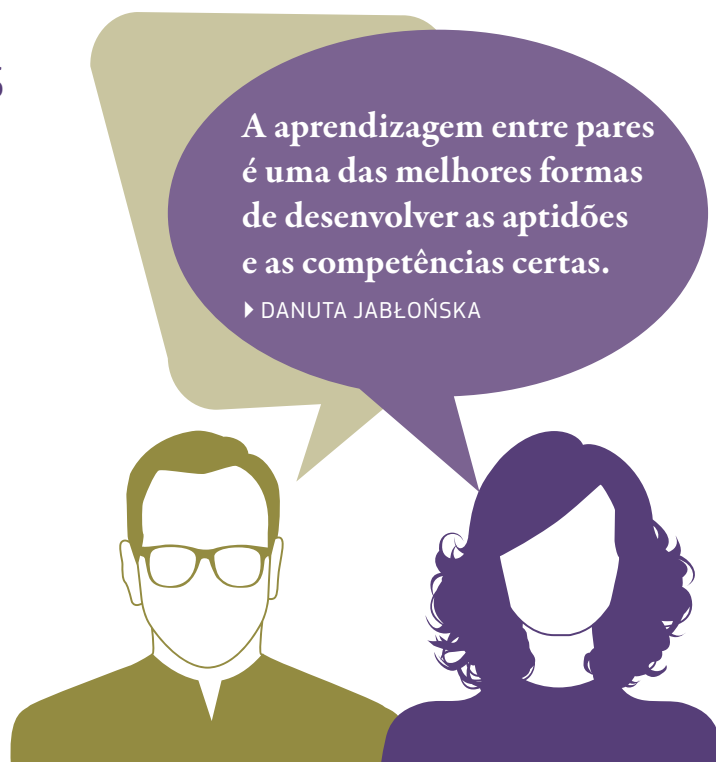
France

Poland

▶ REFORÇO DE CAPACIDADES

REFORÇAR A CAPACIDADE ADMINISTRATIVA DE GESTÃO DOS FUNDOS ESTRUTURAIS E DE INVESTIMENTO EUROPEUS

A introdução nos novos regulamentos sobre a política de coesão 2014-2020 deu destaque à capacidade de os Estados-Membros se adaptarem totalmente aos novos requisitos para a utilização dos Fundos Estruturais e de Investimento Europeus (EIE). Este facto influencia diretamente a capacidade de os Estados-Membros implementarem corretamente os seus programas de investimento e alcançarem os melhores resultados possíveis. Neste contexto, foram lançadas várias iniciativas pela Comissão Europeia a fim de ajudar os Estados-Membros da UE a aumentar a capacidade administrativa e a resolver obstáculos à implementação, onde for necessário.



▶ FORMAR OS ESPECIALISTAS DOS ESTADOS-MEMBROS DA UE QUANTO ÀS NOVAS REGRAS

Como parte dos preparativos para o novo período de programação e para apoiar os Estados-Membros da UE na interpretação e na aplicação dos novos requisitos regulamentares, a Comissão Europeia lançou uma série de eventos de formação para as autoridades de gestão, certificação e fiscalização encarregadas dos Fundos Estruturais Europeus (ou seja, o Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional – FEDER – e o Fundo Social Europeu – FSE) e do Fundo de Coesão.

A formação centra-se nos novos elementos fundamentais no quadro legislativo da política de coesão da UE para

2014-2020 e está dividida em dois módulos: um dedicado à programação e implementação e o outro relativo a questões de controlo e gestão financeira. A formação reconhece que os participantes já possuem muitos destes conhecimentos. Como tal, o programa de formação foi concebido para incentivar um intercâmbio de experiências entre os participantes e também uma interação entre os participantes e os funcionários da Comissão Europeia.

A formação realiza-se durante 2014 e início de 2015 e espera-se que participem mais de 500 especialistas de todos os Estados-Membros da UE.

▶ SAIBA MAIS

Todos os materiais de formação, incluindo apresentações e podcasts, podem ser acedidos no Web site da DG da Política Regional e Urbana:
http://ec.europa.eu/regional_policy/what/future/experts_training_en.cfm

▷ CONTACTO E APRENDIZAGEM COM OS SEUS HOMÓLOGOS

O contacto presencial com funcionários da Comissão é muito valioso, bem como a possibilidade de aprender com os meus homólogos de outros países.

▷ GABRIELA HILKOVICOVA



As informações recolhidas da formação mostram que os especialistas dos Estados-Membros estão contentes por conhecer os seus homólogos de outros países. A oportunidade de conhecer os funcionários da Comissão pessoalmente também é apreciada.

«No futuro, se tiver uma dúvida ou um problema, poderei telefonar a um funcionário administrativo em Bruxelas para uma conversa informal. Vai facilitar imenso a minha vida», afirma o **Piotr Wolski**, do escritório do presidente do voivodato de Zachodniopomorskie, na Polónia. «Além disso, graças a este contacto direto, sabemos exatamente o que é pretendido. Quando voltar, vou comunicar à minha equipa o que aprendi.»

Gabriela Hilkovicova do departamento de Metodologia do gabinete estatal da Eslováquia também salientou a importância das sessões de formação. «Embora já tenhamos muitos conhecimentos, existem muitas nuances e pormenores nestes processos que precisamos de compreender de forma clara. O contacto presencial com funcionários da Comissão é muito valioso, bem como a possibilidade de aprender com os meus homólogos de outros países.»

▷ NOVO PROGRAMA DE INTERCÂMBIO ENTRE PARES PARA ESPECIALISTAS DA POLÍTICA REGIONAL

Enquanto a formação é uma tentativa de facilitar a preparação dos organismos que gerem os Fundos EIE para o período de programação 2014-2020, a Direção-Geral da Política Regional e Urbana está a trabalhar paralelamente noutra iniciativa que visa criar um programa para um intercâmbio de experiências mais sistemático entre os Estados-Membros da UE.

Na UE, aproximadamente 24 000 membros do pessoal estão envolvidos na implementação do Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional e do Fundo de Coesão (FC). Em conjunto, estas pessoas possuem uma riqueza de conhecimentos e um saber-fazer valioso que podem e devem ser partilhados para melhorar ainda mais a gestão dos programas de investimento. Um estudo recente encomendado pela DG Política Regional e Urbana confirmou que existe uma elevada procura por um instrumento de intercâmbio entre pares entre os organismos que gerem o FEDER e o FC.

Dar resposta às necessidades do desenvolvimento de capacidades nos Estados-Membros

Tudo começou com uma análise de necessidades ⁽¹⁾. No início de 2014, realizou-se um inquérito e uma série de entrevistas aprofundadas inquirindo os Estados-Membros da UE sobre as suas necessidades do desenvolvimento de capacidades relacionadas com a gestão dos Fundos de Coesão e dos Fundos Estruturais Europeus. O resultado desta análise de procura foi inequívoco. Cerca de metade dos inquiridos confirmou a necessidade de uma maior desenvolvimento de capacidades e quase todos os inquiridos (90%) consideravam que um novo instrumento ao nível da UE que facilitasse os intercâmbios entre pares seria um complemento valioso para as medidas de desenvolvimento de capacidades existentes (por exemplo, a formação e a consultoria).

Além do mais, o estudo revelou que determinados tipos de instituições, nomeadamente as autoridades de gestão regionais ou setoriais, bem como os organismos intermediários, têm um interesse particular nos intercâmbios de conhecimentos, uma vez que têm menos acesso às redes profissionais do que as autoridades de fiscalização ou os organismos de coordenação.

(1) O relatório completo está disponível online:
http://ec.europa.eu/regional_policy/sources/docgener/studies/pdf/cees_en.pdf

Outro ponto interessante que surgiu em resultado na análise foi que as instituições de todos os Estados-Membros se consideravam simultaneamente potenciais beneficiários e fornecedores de conhecimentos.

REGIO PEER2PEER – um projeto-piloto para intercâmbios

Tendo em consideração os resultados da análise de procura, a Direção-Geral da Política Regional e Urbana vai lançar um projeto-piloto, «REGIO PEER2PEER», que financiará até 100 intercâmbios entre os funcionários do setor público que gerem o FEDER e o FC nos Estados-Membros da UE.

O projeto financiará intercâmbios a curto prazo, direcionados para a transferência de conhecimentos práticos e de boas práticas relativamente a assuntos concretos. Os intercâmbios podem consistir numa visita de estudo, na atribuição de um especialista ou num workshop. São empreendidos

esforços para criar um projeto que proporcione uma assistência rápida e que evite os incómodos logísticos e burocráticos para os utilizadores. O novo instrumento de intercâmbio entre pares terá também mecanismos incorporados de avaliação e garantia de qualidade. Utilizará a infraestrutura e será baseado na experiência do TAIEX (Assistência Técnica e Intercâmbio de Informações), que é um instrumento já bem estabelecido. Todos os Estados-Membros serão elegíveis. O pedido pode ser efetuado a partir de qualquer instituição com funções de controlo e gestão relativamente ao FEDER ou ao FC.

O projeto-piloto de intercâmbio entre pares será lançado em 2015 e executado durante um período de dois anos. No final da fase-piloto, os resultados desta iniciativa serão avaliados cuidadosamente para poder determinar o futuro do instrumento.

▷ OPEN DAYS 2014 – ÊNFASE NA APRENDIZAGEM ENTRE PARES

Os intercâmbios entre pares como uma ferramenta para fomentar a capacidade administrativa no contexto da política de coesão foram debatidos durante um dos workshops no OPEN DAYS 2014. No workshop, os representantes das autoridades dos Estados-Membros da UE partilharam as suas experiências e as lições aprendidas com a participação em regimes de apoio entre pares, enquanto a Comissão apresentou o novo projeto-piloto que está em desenvolvimento.

Os oradores e os representantes presentes concordaram com as vantagens que os intercâmbios entre pares proporcionam em termos da transferência de conhecimentos práticos e da construção de laços duradouros. Por exemplo, **Danuta Jabłońska**, uma especialista da administração polaca que presta apoio às autoridades croatas, realçou a importância do «fator humano» na gestão dos Fundos Estruturais e de Investimento Europeus e expressou a opinião de que «A aprendizagem entre pares é uma das melhores formas para desenvolver as aptidões e as competências certas».

Dobrinka Mihaylova, a diretora da Autoridade de Fiscalização na Bulgária, partilhou a experiência de êxito do trabalho da sua organização com colegas de outros Estados-Membros para reforçar a capacidade administrativa deles na área de fiscalização, por exemplo, permitindo-lhes participar em auditorias conjuntas em que puderam aprender com os colegas e debater procedimentos de trabalho. Salientou que «... as novas amizades e as experiências partilhadas marcaram-nos



a todos. No nosso trabalho diário, deparamo-nos com questões desafiantes para as quais ansiamos que alguém nos dê uma solução prática. Vejo muitas oportunidades para todos nós com o novo instrumento de intercâmbios entre pares.»

As apresentações e o debate no workshop identificaram várias pré-condições que devem ser colocadas em prática para se obter um bom intercâmbio de conhecimentos e um impacto duradouro. A chave para o êxito consiste num interesse mútuo no exercício, no minucioso trabalho de preparação para planeamento da atribuição e numa boa definição das necessidades e dos resultados esperados. De igual modo, é importante deixar espaço suficiente para a flexibilidade na implementação do intercâmbio e participar ativamente no processo de aprendizagem.

▶ GOVERNAÇÃO COMBINADA

COMO REFORÇAR O PAPEL DAS REGIÕES E DAS CIDADES NA POLÍTICA DE COESÃO

Um relatório especial preparado a pedido do Comissário da Política Regional cessante, Johannes Hahn, identifica o caminho a seguir no sentido de reforçar a política de coesão através de uma melhoria na parceria e na governação combinada.

No seu relatório «Parceria e governação combinada: o relatório Van den Brande», publicado em outubro de 2014, **Luc Van den Brande**, consultor especial do Comissário **Johannes Hahn**, destaca uma série de formas através das quais se pode atribuir uma maior coerência à Estratégia Europa 2020 para garantir uma maior coerência entre a Estratégia e os novos Acordos de Parceria. Propõe ainda uma série de diretrizes sobre como a cultura da parceria e da governação combinada pode ser reforçada noutras políticas da UE com uma dimensão territorial.

Como afirma Van den Brande: «Estou francamente convencido de que as reformas estruturais importantes só terão êxito com uma ação bem direcionada, concertada e coordenada entre os intervenientes públicos e privados a todos os níveis. A política de coesão modernizada para 2014-2020 é, sem dúvida, exemplar a este respeito.»

Livro branco

O relatório baseia-se numa série de iniciativas que visam reforçar os princípios da governação e da parceria.

O Comité das Regiões adotou um Livro branco sobre governação combinada em 2009, que definiu da seguinte forma: «uma ação institucional coordenada por parte da União Europeia, dos Estados-Membros e das autoridades regionais e locais, com base na parceria e que visa criar e implementar políticas da UE.»

Mais recentemente, o CoR adotou uma «Carta para a Governação Combinada na Europa». Esta carta visa promover o respeito por este princípio em todas as fases da criação de



LUC
VAN DEN
BRANDE

CONSULTOR
ESPECIAL DO
COMISSÁRIO
JOHANNES HAHN

Van den Brande foi ministro-presidente da Flandres de janeiro de 1992 a julho de 1999. Foi membro do Comité das Regiões desde 1994 e presidente do CoR entre 2008-2010. Teve a iniciativa de criar o Instituto de Biotecnologia da Flandres (VIB) e também desempenha os cargos de presidente do órgão de ligação Flandres-Europa, presidente da Flanders Technology International/Technopolis e presidente do conselho de administração da VRT (empresa de radiodifusão pública da Flandres).

políticas ao nível dos Estados-Membros e da UE. Mais de 150 autoridades regionais e locais já assinaram a Carta e um número crescente de decisores políticos expressou o seu apoio.

Princípio vinculativo

A Carta ainda não é, até ao momento, um princípio vinculativo. Isso só poderia acontecer através da legislação da UE. Contudo, o princípio básico foi apresentado no Regulamento Disposições Comuns que agora sustenta as operações dos Fundos Estruturais e de Investimento Europeus. Os Estados-Membros são agora obrigados a organizar uma parceria em todos os estágios da programação e a todos os níveis.

GOVERNAÇÃO COMBINADA CONSTRUIR A EUROPA EM PARCERIA

«Apelamos a um novo convénio entre as instituições europeias e os intervenientes económicos e sociais; e entre os diferentes níveis do poder – nacional, regional e local. Acima de tudo, apelamos a uma liderança forte, uma forma de liderança marcada pela capacidade de sustentar um diálogo honesto e proveitoso com os cidadãos e de governar em parceria.»

Van den Brande recorda que, em termos de governação, a União Europeia tem evoluído gradualmente de um modelo «descendente» para um modelo mais inclusivo, envolvendo ainda mais os parceiros sociais e económicos. Com o tempo, as autoridades regionais e locais têm tido mais possibilidades para contribuir de forma «ascendente» para o processo de integração na UE. Têm um papel importante em muitos Estados-Membros ao nível da gestão partilhada dos Fundos EIE e da elaboração e implementação dos POs.

Em 2000, a Comissão Europeia adotou o seu Livro branco sobre a governação europeia, no qual destacou cinco princípios de uma boa governação na criação de políticas da UE, nomeadamente abertura, participação, responsabilidade, eficácia e coerência. O respeito por todos estes princípios no ciclo da política da UE é um passo adicional importante na integração dos objetivos da UE e numa apropriação crescente entre os parceiros sociais.

Van den Brande defende que a nova política de coesão baseada numa governação combinada deve ser uma fonte de inspiração para uma revisão da Europa 2020 no próximo ano. A revisão é uma «excelente ocasião para aumentar a apropriação da Estratégia e para assegurar uma melhor execução no terreno.»

Código de Conduta Europeu

O Código de Conduta Europeu sobre Parcerias constitui mais um passo importante rumo à sua proposta para otimizar o compromisso coletivo e a apropriação da política de coesão.

O Código define os objetivos e os critérios que permitem aos Estados-Membros implementar os princípios da parceria e da governação combinada, mas prevê a flexibilidade necessária para que os mecanismos da aplicação prática sejam determinados pelo Estado-Membro em questão.

Impacto nos APs

A filosofia da parceria reforçada e da governação combinada agora afeta, não apenas os programas operacionais (POs), mas também os novos Acordos de Parceria (APs).

Segundo afirma o relatório, em geral, uma primeira avaliação dos APs de 2014-2020, relativamente aos princípios de parceria e de governação combinada, revela que não existem problemas fundamentais. Contudo, os Estados-Membros implementam os princípios de parceria e de governação combinada de forma diferente, de acordo com a função do seu enquadramento institucional, a capacidade administrativa, o saber-fazer, etc. Independentemente do país, existe flexibilidade suficiente para adaptar os sistemas da política de coesão aos mecanismos institucionais nacionais.

Dez Estados-Membros consolidaram ainda mais a cultura da parceria e da governação combinada existente já em vigor; outros dez efetuaram melhorias significativas. Noutros oito Estados-Membros, existe uma clara margem de manobra para melhorar a cultura de parceria e de governação combinada no futuro.

Plano de 7 pontos

Van den Brande apoia o plano delineado pelo CoR na sua Declaração de Atenas⁽¹⁾.

- ▶ 1. Dar à Estratégia uma dimensão territorial.
- ▶ 2. Programas de Reforma Nacionais em parceria.
- ▶ 3. Tornar a governação combinada a abordagem padrão.
- ▶ 4. Alinhar o Semestre Europeu com um investimento a longo prazo genuíno.
- ▶ 5. Utilizar as Iniciativas Emblemáticas da Europa 2020 para uma coordenação das políticas otimizada.
- ▶ 6. Mobilizar o financiamento para um investimento a longo prazo, garantindo uma melhor relação custo-benefício.
- ▶ 7. Reforçar a capacidade administrativa para uma implementação mais eficaz.

Diretrizes para o futuro

No início de um novo mandato legislativo, a UE tem uma oportunidade real para defender uma União Europeia forte baseada num sistema inteligente de uma cultura de parceria partilhada e governação combinada, afirma Luc Van den Brande. Identifica uma série de medidas para avançar com o processo:

(1) A Declaração de Atenas sobre a revisão intercalar da Europa 2020, realizada pelo CoR na 6.ª Cimeira Europeia das Regiões e Cidades em março de 2014: <http://cor.europa.eu/en/events/summits/Pages/athens-2014-material.aspx>

▶ Luc Van den Brande apresenta o seu relatório sobre a parceria e a governação combinada ao Comissário Johannes Hahn.



« Ao interligar a parceria e a governação combinada como princípios orientadores, a política de coesão vai, no meu entender, abrir caminho para outras estratégias/políticas da UE (com uma forte dimensão territorial), tais como a (sucessora da) Estratégia Europa 2020, a política energética e climática da UE, a cooperação para o desenvolvimento, a política de vizinhança, a implementação do programa de Estocolmo, a consolidação dos direitos fundamentais, o aprofundamento do Ato para o Mercado Único... para estar verdadeiramente à escala da UE e ser apropriada a todos os níveis. »

▶ LUC VAN DEN BRANDE – CONSULTOR ESPECIAL DO COMISSÁRIO JOHANNES HAHN

▶ **GOVERNAÇÃO COMBINADA COM BASE EM EVIDÊNCIAS:**

considerando os diferentes mecanismos constitucionais e institucionais presentes em cada Estado-Membro, não existe qualquer mecanismo único de governação combinada para a UE. O sistema de avaliação precisa de ser configurado com base nos resultados. O CoR está a elaborar painéis de avaliação da governação combinada para medir o desenvolvimento da mesma em políticas específicas da UE.

▶ **GOVERNAÇÃO COMBINADA DE BASE LOCAL:** para permitir um processo mais inclusivo, não deve ser efetuada qualquer distinção entre as regiões constitucionais, as regiões com poderes legislativos ou outras regiões. Segundo Van den Brande, as regiões parceiras da UE podem ser amplamente identificadas de acordo com o sistema constitucional de cada Estado-Membro.

▶ **RUMO A UMA UNIÃO COM BASE NA PARCERIA E NA GOVERNAÇÃO COMBINADA:** implementação da Carta para a governação combinada na Europa, em todos os níveis da governação.

▶ **SAIBA MAIS**

Governação combinada e parceria:

O RELATÓRIO VAN DEN BRANDE

http://ec.europa.eu/regional_policy/upload/documents/Commissioner/VandenBrandereport_08102014.pdf

▶ ECONOMIA RURAL E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL NA EUROPA

APOIO DO FUNDO EUROPEU AGRÍCOLA DE DESENVOLVIMENTO RURAL 2014-2020

▶ Desenvolvimento rural: um exemplo do que pode ser alcançado. A PRIORIDADE 4 consiste em restaurar, preservar e otimizar os ecossistemas relacionados com a agricultura e as florestas.

No seguimento da sua série de artigos que abordam cada um dos Fundos Estruturais e de Investimento Europeus (EIE), nesta edição, a *Panorama* centra-se no Fundo Europeu Agrícola de Desenvolvimento Rural (FEADER). Os Fundos EIE, nomeadamente o Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional (FEDER), o Fundo de Coesão (FC), Fundo Europeu para os Assuntos Marítimos e as Pescas (FEAMP), o Fundo Social Europeu (FSE) e o FEADER são os principais fundos da UE para o período 2014-2020 no apoio ao emprego e ao crescimento na UE. São uma contribuição fundamental para a Estratégia Europa 2020 para um crescimento inteligente, sustentável e inclusivo.

O Fundo Europeu Agrícola de Desenvolvimento Rural financia a contribuição da UE para o desenvolvimento rural em toda a União Europeia. É um dos dois pilares da Política Agrícola Comum, que também financia pagamentos diretos para agricultores e apoia os mercados agrícolas.

Contextualização

Aproximadamente 80% do território da UE é rural e a maior parte do solo é utilizado para a agricultura ou está coberto por florestas. Metade da população da UE europeia vive em áreas rurais. As zonas rurais também são uma fonte de lazer, relaxamento e prazer para muitas pessoas que vivem em vilas e cidades. Tal como no passado, as atividades humanas moldaram a paisagem, pelo que o mesmo processo continua até ao presente.

O desenvolvimento rural é um componente fundamental da Política Agrícola Comum e, ao longo das últimas décadas, surgiu da necessidade de direcionar o apoio agrícola no sentido da competitividade, da diversificação da oportunidade económica e do fornecimento de bens públicos ambientais,

TRABALHAR EM REDE

Lançada em 2008, a Rede Europeia de Desenvolvimento Rural (REDR) e as Redes Rurais Nacionais (RRNs) dos Estados-Membros fizeram, e continuarão a fazer, contribuições importantes para a aplicação da política de desenvolvimento rural. Demonstraram, através de um trabalho de coordenação, o potencial para desempenhar uma série de funções úteis ao acrescentar valor e enriquecer a qualidade da execução de planos de desenvolvimento rural. Ajudaram a melhorar a consistência na programação e levaram a intercâmbios regulares de informações e práticas entre as partes interessadas no desenvolvimento rural. De igual modo, têm sido importantes no desenvolvimento de capacidades fundamentais para o apoio às abordagens LEADER e a sua existência tem auxiliado análises conjuntas, que forneceram perspectivas vantajosas ao nível nacional e da UE. A rede continuará a contribuir para melhorias adicionais no novo programa de programação.



bem como do reconhecimento de que o setor agrícola não pode ser encarado como isolado da economia rural mais alargada. Uma das especificidades da política de desenvolvimento rural é o facto de ser concebida para responder às necessidades dos seus beneficiários. Normalmente, os projetos são pequenos e estão dispersos por áreas rurais.



Apoiar as necessidades rurais

A experiência demonstra que, sem o apoio dedicado, as necessidades rurais podem perder terreno na concorrência com o financiamento dos centros urbanos. Contudo, é fundamental prestar a devida atenção às áreas rurais. Algumas delas enfrentam desafios específicos, incluindo o despoamento, níveis inferiores de educação e de rendimento e infraestruturas e serviços insatisfatórios. As intervenções do FEADER ajudam a resolver estas disparidades urbanas-rurais. Porém, as áreas rurais também têm um grande potencial, fornecendo um vasto conjunto de bens públicos e privados fundamentais, tais como alimentação e outras matérias-primas, paisagens, ar e água limpos e locais agradáveis para viver e trabalhar.

O FEADER desempenha um papel fundamental no apoio às atividades económicas, ambientais e sociais nas áreas rurais. Reforça as economias rurais ao estimular o crescimento, diversificar as atividades económicas e criar emprego. Financia muitas iniciativas e projetos em comunidades rurais para melhorar a qualidade de vida, melhora e mantém o ambiente rural, melhorando a sustentabilidade e a proteção de recursos naturais como o solo, a água e a biodiversidade e apoiando a produção de bens públicos.

Seis prioridades

Tendo em consideração os desafios atuais e futuros que as áreas rurais da UE enfrentam, foram delineadas seis prioridades para o FEADER. Deste modo, garante-se que os Fundos são gastos onde são mais carenciados e os resultados e a eficácia das políticas são avaliados em relação aos mesmos. As seis prioridades são as seguintes:

▶ 1. Incentivar a transferência de conhecimentos e inovação na agricultura, nas florestas e nas áreas rurais.

- ▶ 2. Promover a viabilidade das explorações agrícolas de todos os tipos (planícies e zonas montanhosas de grandes ou pequenas dimensões) e em todas as regiões, bem como a gestão sustentável das florestas.
- ▶ 3. Melhorar a organização da cadeia alimentar, incluindo o processamento e o marketing dos produtos agrícolas, a promoção do bem-estar dos animais e a utilização de ferramentas de gestão de riscos pelos agricultores.
- ▶ 4. Restaurar, preservar e otimizar os ecossistemas que estão relacionados com a agricultura e as florestas.
- ▶ 5. Promover a utilização eficiente dos recursos e a transição para uma economia assente num baixo nível de emissões de carbono e resistente às alterações climáticas nos setores agrícola, alimentar e florestal.
- ▶ 6. Promover a inclusão social, a redução da pobreza e o desenvolvimento económico nas áreas rurais.

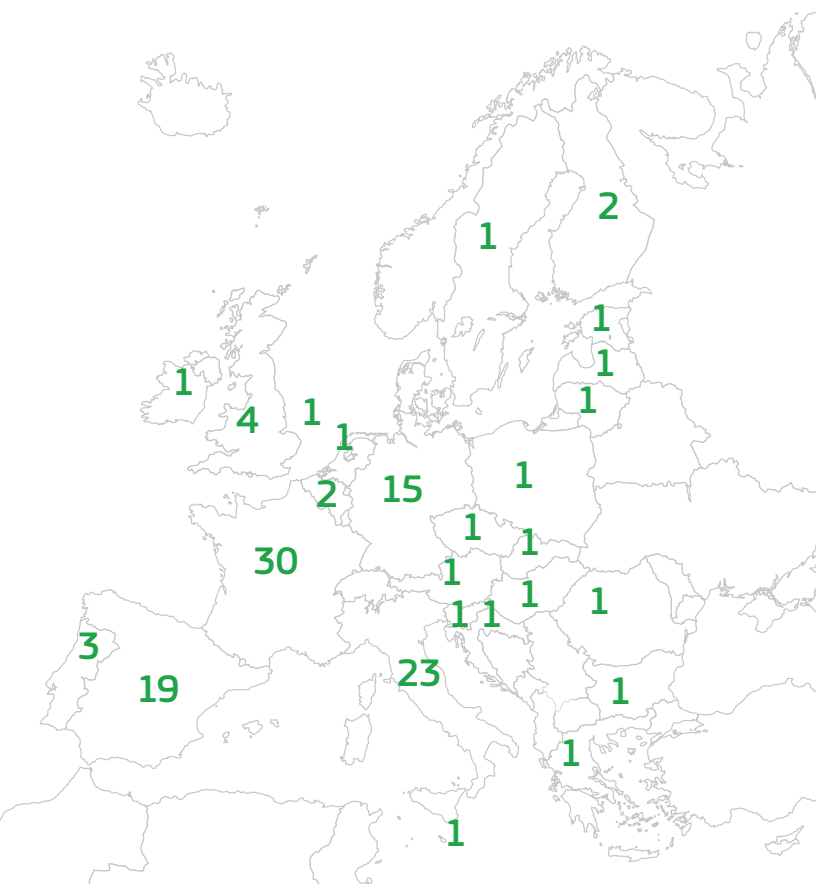
Como é que o FEADER funciona na prática?

No início do período de programação 2014-2020, cada Estado-Membro estabelece um Programa de Desenvolvimento Rural (PDR) nacional ou um conjunto de PDRs regionais para abranger todo o seu território. Ao todo, haverá 118 PDRs para o novo período de programação.

Os PDRs são criados a partir de uma análise do território e da identificação das necessidades da área rural em relação às seis prioridades de desenvolvimento rural, que são divididas em 18 áreas de intervenção. Com base nisto, é desenvolvida uma estratégia, selecionando aquelas áreas de intervenção que são adequadas para abordar o contexto regional ou nacional específico.

As áreas de intervenção representam os elementos estruturais fundamentais de cada PDR e cada uma tem, no mínimo, um objetivo quantificado que deve ser alcançado

▶ NÚMERO DE PROGRAMAS DE DESENVOLVIMENTO RURAL POR PAÍS TOTAL ▶ 118



Fonte: Comissão Europeia

através da implementação do programa. Em seguida, é proposto um conjunto de medidas e operações que, em conjunto, devem permitir que o objetivo seja alcançado. Por exemplo, para melhorar a qualidade da água, pode ser exigido um pacote de atividades que englobe práticas de gestão do solo, apoio consultivo e investimentos, tudo com vista a reduzir a lixiviação e o escoamento superficial.

Quanto dinheiro está disponível?

Do orçamento da UE, foram atribuídos, aproximadamente, 95 mil milhões de euros ao FEADER para o período de sete anos de 2014-2020. Na prática, isto representa apenas parte do dinheiro que estará disponível, porque por cada euro disponibilizado pela UE, o beneficiário e/ou o governo do Estado-Membro está obrigado a fornecer uma contribuição, que varia de acordo com o nível de desenvolvimento económico do Estado-Membro em questão e o tipo de atividade financiada. Assim sendo, a responsabilidade do fornecimento do financiamento necessário para os projetos é partilhada

A ABORDAGEM LEADER



LEADER é uma abordagem ascendente para o desenvolvimento rural, iniciada por «Grupos de Ação Local» (GALs). Ao longo dos anos, esta abordagem provou ser uma ferramenta eficaz para transferir o poder para as «pessoas no terreno» permitindo-lhes avaliar as oportunidades e os desafios que enfrentam, formular ideias em resposta e transformá-las em realidade. As lições valiosas aprendidas no período 2007-2013 anterior são aplicadas para proporcionar os melhores resultados da abordagem LEADER para o novo período 2014-2020, aumentando ainda mais a participação.

Sete princípios regem a abordagem LEADER:

- 1. COM BASE NA ÁREA:** realiza-se num território coeso, pequeno e socialmente homogéneo.
- 2. ASCENDENTE:** os intervenientes locais concebem a estratégia e escolhem as ações.
- 3. PARCERIA PÚBLICO-PRIVADA:** os GALs são grupos equilibrados que envolvem intervenientes do setor público-privado, que podem mobilizar todos os recursos e as competências disponíveis.
- 4. INOVAÇÃO:** dar aos GALs a flexibilidade de apresentar novas ideias e métodos.
- 5. INTEGRAÇÃO:** entre ações económicas, sociais, culturais e ambientais, em oposição a uma abordagem setorial.
- 6. TRABALHAR EM REDE:** permitir a aprendizagem entre as pessoas, as organizações e as instituições a nível local, regional, nacional e europeu.
- 7. COOPERAÇÃO:** entre grupos LEADER, por exemplo, para partilhar experiências, permitir uma complementaridade ou alcançar massa crítica.

entre a UE e os intervenientes nacionais e locais. Além do mais, vários Estados-Membros têm transferido parte da atribuição dos pagamentos diretos para aumentar o financiamento dos respetivos PDRs.

Que tipos de atividades podem ser financiados?

O FEADER pode apoiar uma grande variedade de medidas e ações e a lista que se segue é apenas uma seleção:

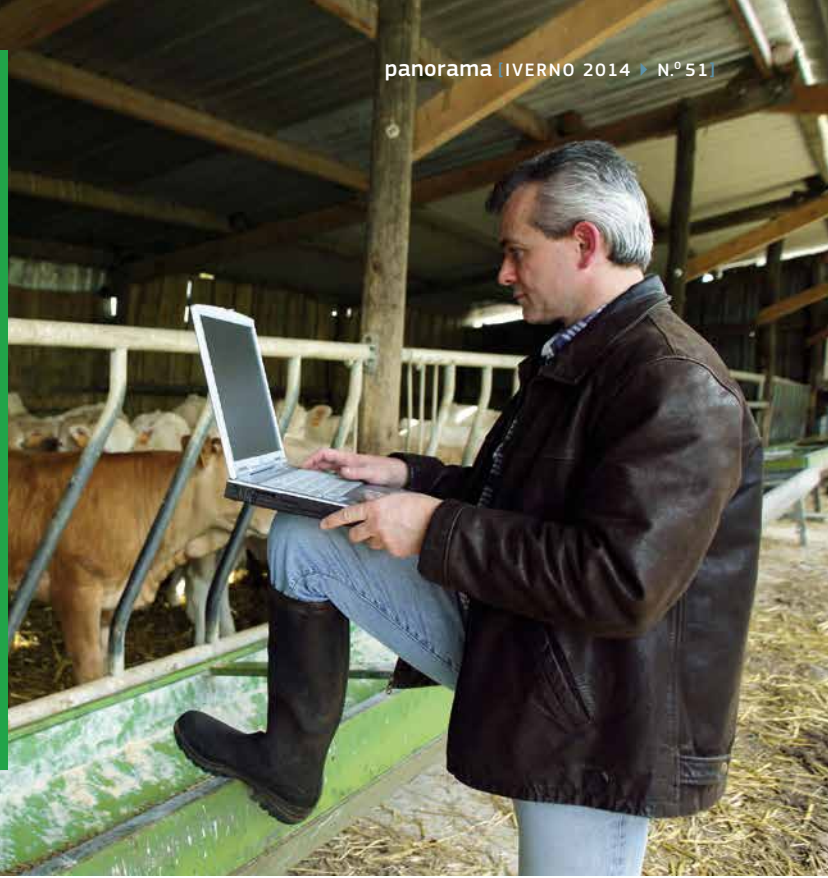
- ▶ **1.** Uma contribuição para o custo dos investimentos que visam melhorar o desempenho geral e a sustentabilidade das explorações agrícolas, o marketing e o processamento dos produtos agrícolas, bem como os investimentos na criação e no desenvolvimento das atividades não agrícolas.
- ▶ **2.** Serviços de consultoria concebidos para ajudar os agricultores, os guarda-florestais e as pequenas e médias empresas (PME) das áreas rurais a melhorar o desempenho económico e ambiental e a resiliência climática.

INOVAÇÃO

A INOVAÇÃO DE VÁRIOS TIPOS PODE SER UM MOTOR DO PROGRESSO.

Os objetivos da estratégia de crescimento Europa 2020 da UE realçam a importância de todas as partes da Europa (rural e urbana) beneficiarem deste motor de inovação de igual forma. Novos produtos, serviços, tecnologias, processos e formas de organização (entre outros) podem aumentar os lucros de uma exploração agrícola ou de outras empresas rurais, cuidar melhor do ambiente e reforçar o tecido social das zonas rurais.

Durante o período 2010-2014, foram utilizadas várias medidas de desenvolvimento rural ao serviço da inovação. As medidas relacionadas com a transferência de conhecimentos, os serviços de aconselhamento, os investimentos em ativos físicos ou a cooperação foram especialmente relevantes. Ao abrigo dos novos programas, estas medidas serão ainda mais reforçadas.



- ▶ **3.** Dotações de capital até 70 000 euros como auxílio ao arranque de novas empresas para jovens que se instalem como agricultores e para a criação de atividades não agrícolas nas áreas rurais.
- ▶ **4.** Formação profissional, que pode assumir a forma de workshops, cursos de formação, mediação, intercâmbios agrícolas/florestais e visitas.
- ▶ **5.** Apoio aos serviços básicos das aldeias e a renovação de todos os tipos de infraestrutura em pequena escala, incluindo o investimento nas energias renováveis, na poupança energética e na infraestrutura da banda larga.
- ▶ **6.** Criação de grupos de produtores e organizações com propósitos como a adaptação da produção e do resultado dos produtores aos requisitos do mercado e a organização conjunta da respetiva preparação e venda.
- ▶ **7.** Apoio aos gestores de terrenos que se comprometem com as práticas agrícolas que contribuem positivamente para o ambiente e a mitigação das alterações climáticas.
- ▶ **8.** Promoção da conversão da agricultura convencional para a agricultura orgânica.
- ▶ **9.** Apoio aos gestores de terrenos na forma de compensações pelos custos adicionais e os rendimentos perdidos resultantes da Natura 2000 e das Diretrizes-Quadro Água.
- ▶ **10.** Pagamentos aos agricultores em zonas montanhosas e noutras áreas que enfrentam condicionalismos naturais e outro tipo de condicionalismos específicos, na forma de compensações pelos custos adicionais e os rendimentos perdidos relacionados com as restrições na produção agrícola na área em questão.
- ▶ **11.** Compensação para os agricultores que, de forma voluntária, empreendem operações de bem-estar dos animais para além das que são impostas pelas regras existentes.

Resultados e legado

O FEADER presta apoio financeiro aos gestores de terrenos para que possam gerir o seu terreno de uma forma amiga do ambiente e, ao mesmo tempo, produzir alimentos para os nossos cidadãos e criar emprego nos setores alimentar e agrícola. Estes pagamentos garantem que o terreno continua a ser bem utilizado e sustentável, para fornecer os vários bens públicos que a sociedade espera, tais como lazer, apreciação estética, instalações para relaxamento, proteção de recursos naturais preciosos (o solo, a água e a biodiversidade) e ações para combater as alterações climáticas. Tudo isto ajuda a garantir que iremos legar às gerações futuras um planeta saudável.

Os resultados do desenvolvimento rural da UE podem ser melhor observados numa visita às áreas rurais. As explorações agrícolas estão a tornar-se mais competitivas, são criadas novas empresas rurais e as nossas zonas rurais, a vida selvagem e os recursos naturais estão protegidos. O apoio ao desenvolvimento rural ajuda a criar melhores ligações nas áreas rurais através das estradas locais e melhora serviços como a água, o saneamento e as instalações sociais. Deste modo, as comunidades rurais desenvolvem uma governação mais sólida e a qualidade de vida das pessoas que residem em áreas rurais é melhorada.

No período 2014-2020, os fundos de desenvolvimento rural devem proporcionar resultados de forma mais eficaz e proporcionar ainda mais aos fundos da UE.

▶ SAIBA MAIS

http://ec.europa.eu/agriculture/rural-development-2014-2020/index_pt.htm

AGENDA URBANA DA UE

PRÓXIMOS PASSOS

Mais de 360 milhões de pessoas vivem em vilas e cidades da Europa. São dois terços da população da UE. Estas áreas urbanas enfrentam grandes desafios relacionados com o transporte e a mobilidade, o emprego e as empresas, a economia, o ambiente e os problemas sociais e de habitação, para citar alguns exemplos. Com a agenda urbana, a UE está a tomar medidas para integrar da melhor forma estes problemas que afetam as vilas e as cidades na conceção de políticas da UE.

Em que consiste a agenda urbana?

O debate sobre a agenda urbana já dura há algum tempo. Na sua Comunicação de 1997, «Para uma agenda urbana da União Europeia»⁽¹⁾, a Comissão Europeia defendeu que eram necessários novos esforços para reforçar ou restaurar o papel das cidades europeias como locais de integração social e cultural, como fontes de prosperidade económica e de desenvolvimento sustentável e como as bases da democracia. Desde então, o desenvolvimento urbano tem tido maior destaque na elaboração de políticas da UE, o que é especialmente visível na nova política de coesão.

Contudo, como a complexidade dos desafios urbanos continua a aumentar, um número crescente de vozes defende que as cidades precisam de estar mais envolvidas na conceção e na implementação das políticas da UE e que as políticas da UE precisam de estar melhor adaptadas às realidades urbanas onde serão implementadas. Este facto reflete-se nos apelos renovados para uma agenda urbana da UE. Como resposta a estes apelos, a Comissão Europeia organizou um Fórum CITIES⁽²⁾ para iniciar um debate sobre a necessidade de uma agenda urbana da UE e, dando seguimento a uma necessidade evidente de uma agenda expressa no Fórum, adotou uma Comunicação⁽³⁾, lançando uma consulta pública sobre quais deveriam ser as principais características de uma agenda urbana da UE.

(1) «Para uma agenda urbana da União Europeia», COM(97) 197 final.
 (2) http://ec.europa.eu/regional_policy/conferences/urban2014/index_en.cfm
 (3) «A dimensão urbana das políticas da UE – principais características de uma agenda urbana da UE», COM(2014) 490 final.

▶ESLOVÉNIA
Arquitetura residencial contemporânea e ecológica em Liubliana.



▶ESPAÑA
A linha Trambaix em Barcelona a passar pela Torre Agbar.

Consulta pública sobre as características principais da agenda urbana da UE

A consulta pública sobre a agenda urbana foi lançada a 18 de julho de 2014 e terminou a 26 de setembro. A consulta atraiu um interesse significativo e, no total, a Comissão recebeu mais de 220 respostas. Os inquiridos eram indivíduos privados, autoridades públicas, empresas privadas, organizações internacionais, organizações da sociedade civil e outros tipos de organizações.

Quinze Estados-Membros responderam e, apesar de o processo de consulta estar oficialmente terminado, continuam a chegar algumas respostas dos Estados-Membros devido à calendarização dos processos de tomada de decisões.



▶ALEMANHA
Jardinagem urbana no aeroporto de Tempelhof, agora fechado, em Berlim, que está a ser remodelado como um parque da cidade.

Foram levantadas seis questões principais.

- ▶ 1. Quais são as principais fundamentações para uma agenda urbana da UE?
- ▶ 2. Uma agenda urbana da UE deve incidir num número limitado de desafios urbanos ou fornecer um quadro geral?
- ▶ 3. O modelo europeu de desenvolvimento urbano conforme expresso nas «Cidades do Amanhã» é uma base suficiente para iniciar o trabalho?
- ▶ 4. Como é que os intervenientes urbanos podem contribuir melhor para os processos de desenvolvimento e implementação de políticas ao nível da UE?
- ▶ 5. Quais são as melhores formas de apoiar uma base de conhecimentos territoriais e urbanos mais sólida e de efetuar o intercâmbio de experiências?
- ▶ 6. Que funções devem ter os níveis local, regional, nacional e da UE?

As perguntas foram gerais para permitir que os recém-chegados ao debate dessem a sua opinião, designadamente sobre a necessidade de uma agenda urbana. As respostas estão a ser analisadas e serão apresentadas num relatório de síntese no final de 2014.

Primeiros resultados da consulta

A primeira análise mostra muito claramente um amplo acordo na necessidade de uma agenda urbana da UE.

A consulta demonstrou que existe uma procura clara de uma abordagem europeia para o desenvolvimento urbano em várias áreas como, por exemplo:

- ▶ para melhorar a coordenação das políticas;
- ▶ para estabelecer laços mais fortes com os cidadãos e melhorar as suas vidas;
- ▶ para melhorar a implementação das estratégias acordadas;
- ▶ para resolver os desafios sociais prementes, tais como a economia neutra em termos de emissão de carbono.

A mensagem também é clara sobre o que é e o que não é necessário. Um elevado número de inquiridos insiste que se deve garantir o respeito pela subsidiariedade e que se deve evitar uma nova legislação. Uma agenda urbana da UE deve permitir que as cidades contribuam totalmente para a implementação da Estratégia Europa 2020, mas não deve impor um quadro rígido que limite a ação das cidades.

Está a surgir um apoio claro a um novo método de trabalho para garantir um maior envolvimento das cidades no processo político da UE. Além do mais, muitos defendem que isso deve ser conjugado com uma ênfase nas prioridades de especial relevância para a UE e as respetivas cidades, especialmente prioridades relacionadas com a Europa 2020.

Próximos passos

Na sequência do Fórum CITIES e da consulta pública, constatou-se uma procura claramente expressa de uma agenda urbana, bem como expectativas genuínas de que a Comissão apresente a sua ideia sobre o que deve ser uma agenda urbana da UE e como deve funcionar em termos concretos.

A consulta fez evoluir de forma decisiva o debate sobre a agenda urbana da UE, mas não o concluiu. A Comissão continuará a dialogar com as principais partes interessadas sobre assuntos mais concretos com base nos resultados da consulta antes de apresentar uma proposta de ação em 2015.

▶SAIBA MAIS

http://ec.europa.eu/regional_policy/consultation/urb_agenda/index_en.cfm

▶ AVALIAR A EFICÁCIA DA POLÍTICA DE COESÃO

A COMISSÃO LANÇA UM CONCURSO PARA IDENTIFICAR AS MELHORES AVALIAÇÕES E PROPOSTAS DE AVALIAÇÃO

As avaliações podem servir um duplo propósito de avaliação da eficácia e do impacto dos investimentos da UE e de geração de resultados que podem influenciar uma futura política de coesão. Com os novos Fundos Estruturais e de Investimento Europeus a darem uma maior ênfase à orientação para os resultados dos Programas Operacionais, a Comissão está a concentrar os seus esforços na identificação de bons exemplos de metodologias e práticas de avaliação.

Embora existam expectativas moderadamente positivas para as economias europeias no próximo ano, a crise financeira ainda não terminou e existe uma necessidade cada vez mais urgente de se obter novas fontes de financiamento. O orçamento total dos Fundos Estruturais e de Investimento Europeus (ESIF) para o período 2014-2020 (que inclui cinco fundos: o Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional, o Fundo Social Europeu, o Fundo de Coesão, o Fundo Europeu Agrícola de Desenvolvimento Rural e o Fundo Europeu para os Assuntos Marítimos e as Pescas) totalizará 376 mil milhões de euros. Como a Comissária da Política Regional Corina Crețu nos recorda, «os nossos fundos são o único financiamento novo em cima da mesa para os tão necessários esforços de investimento na economia real» e a isso se deve parte da atenção crescente dos meios de comunicação social sobre como os Fundos Estruturais e de Investimento Europeus são gastos.

Resultados e eficácia

Esta atenção inclui cada vez mais uma ênfase nos efeitos da política de coesão e suscita muitas perguntas: O que foi alcançado como resultado dos recursos investidos? O que funcionou? O que não funcionou e porquê? Qual foi a eficácia relativa das diferentes intervenções? O que funciona em diferentes contextos?

Embora não tenha sido obrigatório no período de programação 2007-2013, os Estados-Membros e as regiões foram incentivados a conceber e a realizar as suas próprias avaliações quando foi necessário; a receptividade a esta abordagem por parte dos Estados-Membros foi positiva e foram

AVALIAÇÕES DE 2007-2013

Até 2013, tinham sido produzidas, pelos menos, 830 avaliações para o período de programação 2007-2013 nas operações do FEDER e do Fundo de Coesão.

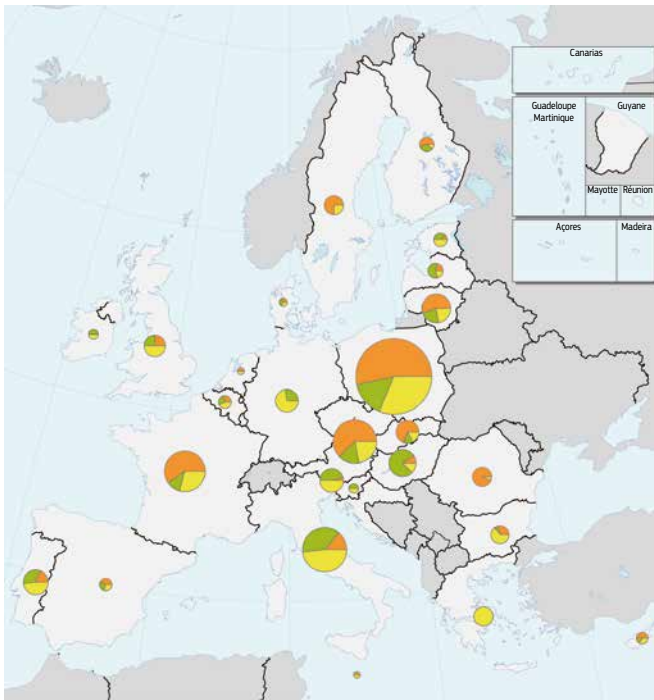
42% das avaliações incidiram em processos e procedimentos, 36% no progresso da implementação e apenas 22% nos resultados, embora a ênfase dos relatórios tenha mudado para os resultados em 2013.

Ao longo do tempo, também tem ocorrido uma mudança nos métodos utilizados. Um número crescente de avaliações utiliza técnicas contrafactuais para estimar o impacto da política de coesão nos resultados (6% em 2013, face a 3% no período 2011-2012).

desenvolvidos diversos planos de avaliação em diferentes Estados-Membros (ver caixa).

A regulamentação para os Fundos Estruturais e de Investimento Europeus 2014-2020 ⁽¹⁾ representa uma mudança radical na ênfase nos resultados. O Regulamento Disposições Comuns realça os objetivos do programa, a lógica de intervenção para alcançar os resultados esperados e a avaliação da eficácia e dos impactos. Além do mais, de 2016 em diante, requer relatórios anuais sobre realizações e resultados das Autoridades de Gestão e da Comissão, incluindo os resultados das avaliações, quando disponíveis.

(1) Regulamento (UE) número 1303/2013 do Parlamento Europeu e do Conselho de 17 de dezembro de 2013 que estabelece disposições comuns sobre os Fundos EIE, conhecidas como o Regulamento Disposições Comuns (RDC).



© EuroGeographics Association for the administrative boundaries

▶ ÊNFASE DAS AVALIAÇÕES DO FUNDO DE COESÃO E DOS FUNDOS ESTRUTURAIS PERÍODO DE PROGRAMAÇÃO 2007-2013

LEGENDA:

- Processo
- Efeitos
- Monitorização

Fonte: DG da Política Regional e Urbana da Comissão Europeia, Unidade DGA1.B.2

principalmente, pelos Fundos de Coesão ou Estruturais, mas não exclusivamente, nas áreas da investigação e inovação, no apoio às empresas, nas TIC, nas grandes infraestruturas, no emprego, nas competências e na inclusão social ou no desenvolvimento de capacidades institucionais.

O concurso incide na compreensão da eficácia das operações cofinanciadas pelos Fundos Estruturais (ou seja, o FEDER e o FSE) ou os Fundos de Coesão através da utilização de, no mínimo, um dos seguintes três métodos:

- ▶ análise custo benefício (ACB) *ex post*;
- ▶ avaliações com base em teorias;
- ▶ avaliações contrafactuais.

Um painel de especialistas internacionais avaliará as candidaturas quanto à adequação das metodologias utilizadas na avaliação e à potencial importância política dos resultados para uma futura política de coesão.

Não haverá um prémio monetário para os vencedores, mas serão selecionadas, no mínimo, as três melhores contribuições de cada vertente e os autores serão convidados a participar na referida Conferência da Avaliação em 2016.

Que tipos de investimentos prometem mais efeitos do que outros? Em determinadas circunstâncias, quais são os fatores ocultos que podem afetar significativamente a criação de emprego? Estas podem ser algumas das perguntas cujas respostas podem marcar verdadeiramente a diferença numa futura política de coesão da UE.

Porém, não existem respostas universais a estas perguntas. Em vez disso, existe um processo de aprendizagem cumulativo que se baseia no trabalho árduo realizado na Europa ao longo dos anos. Espera-se progredir na resposta a estas e a outras perguntas e, por este motivo, a Comissão incentiva todos os avaliadores e investigadores neste domínio a participarem no concurso.

Neste contexto, a Direção-Geral da Política Regional e Urbana e a Direção-Geral do Emprego, Assuntos Sociais e Inclusão da Comissão Europeia estão a organizar uma conferência sobre a «Eficácia da Política de Coesão da UE» em 2016. O evento procura reunir um público-alvo de todo o mundo, incluindo académicos e profissionais de universidades, grupos de reflexão, autoridades públicas, agências governamentais e o setor privado, para discutir a forma como diferentes lições podem ser aplicadas na avaliação e na elaboração de políticas.

Lançamento de concurso

Na preparação para a conferência, as Direções-Gerais também lançaram um concurso para as melhores avaliações da política de coesão da UE. Deste modo, serão identificadas avaliações em duas vertentes, as Melhores Avaliações Concluídas e as Melhores Propostas de Avaliação, que servem para avaliar a eficácia das operações cofinanciadas,

▶ SAIBA MAIS

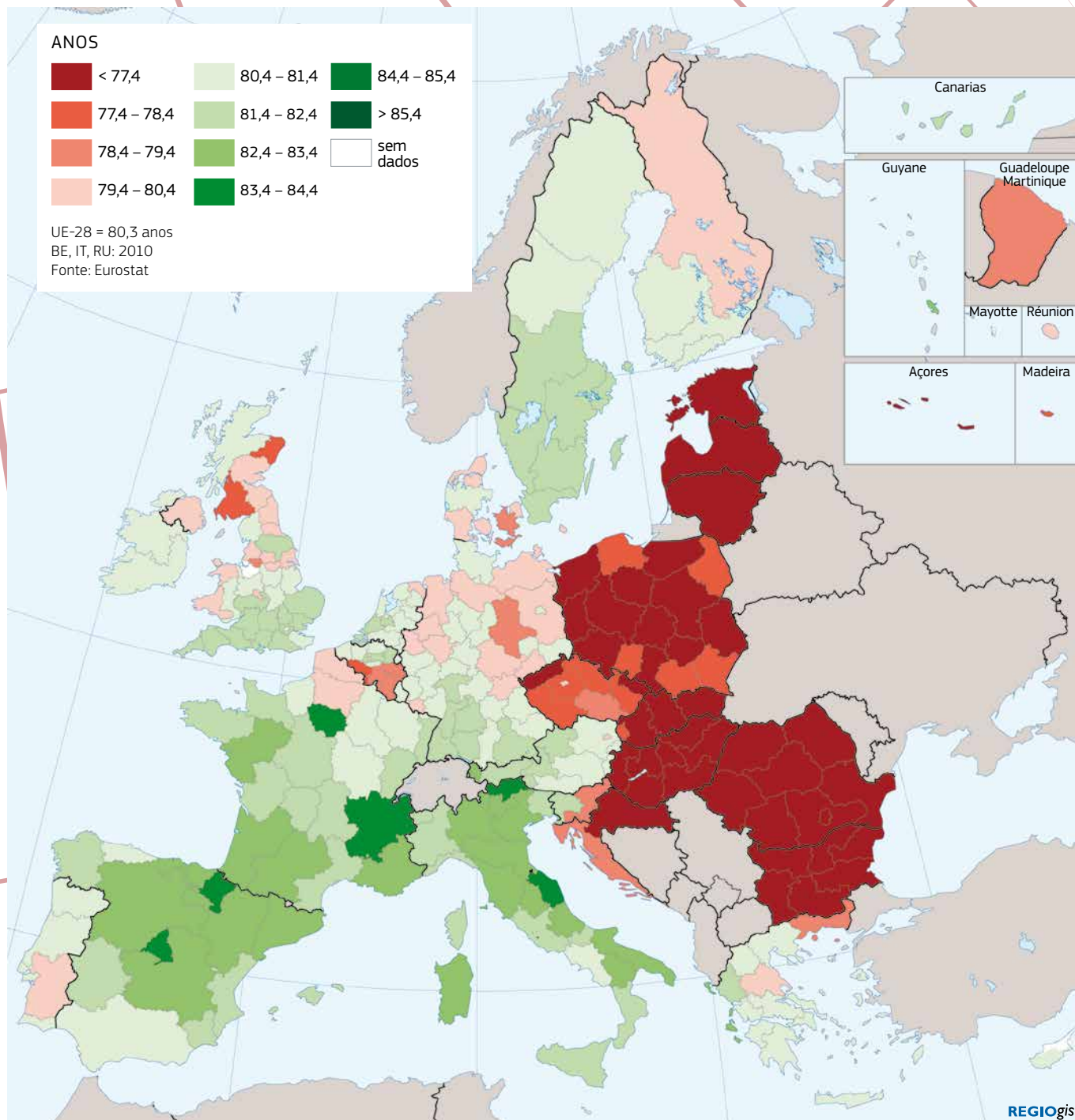
Estão disponíveis detalhes online sobre o concurso e as participações podem ser enviadas até 31 de dezembro de 2015.

http://ec.europa.eu/regional_policy/impact/evaluation/index_en.cfm

Contacto para mais informações:

REGIO-EVAL-CONFERENCE@ec.europa.eu

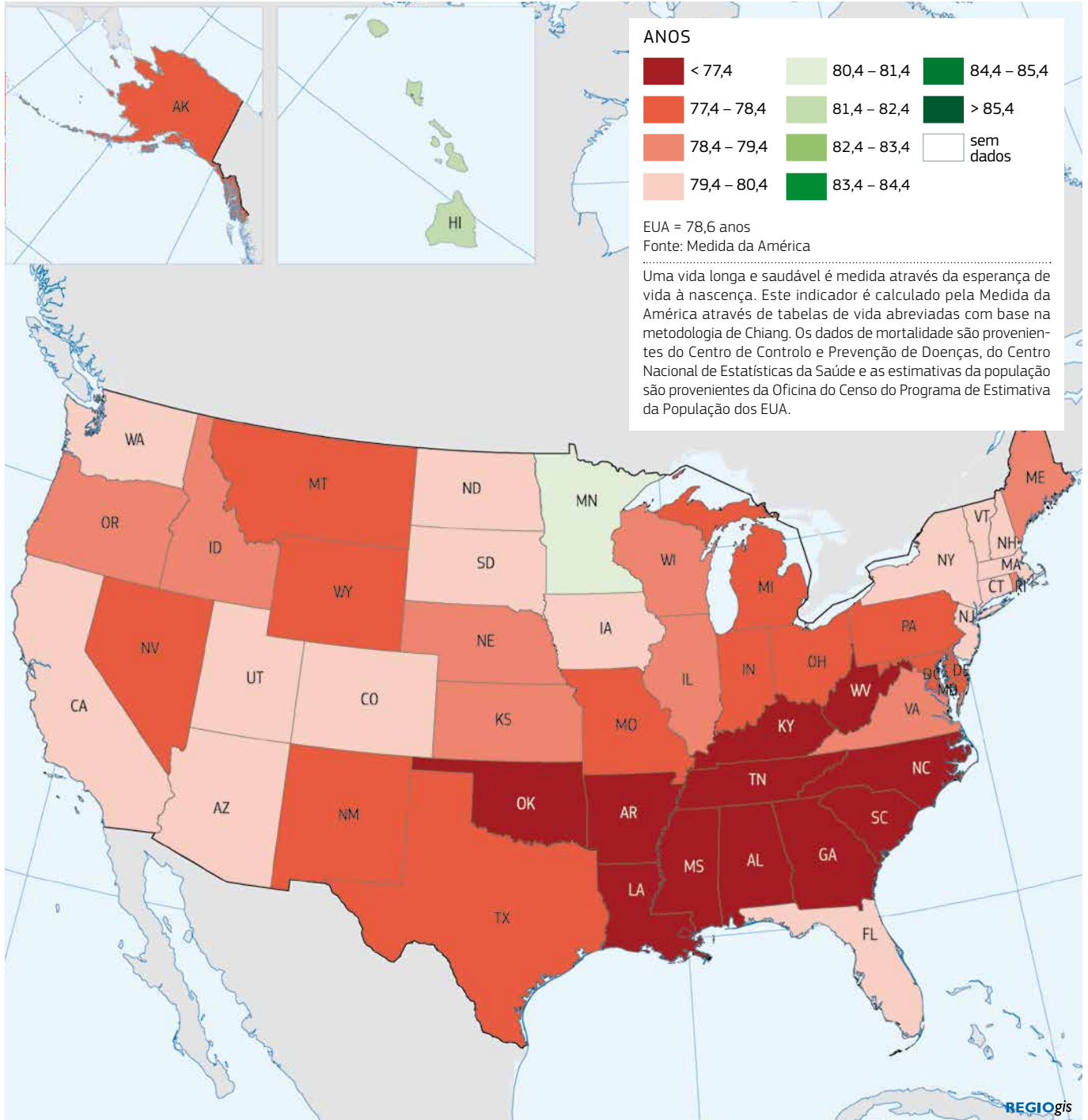
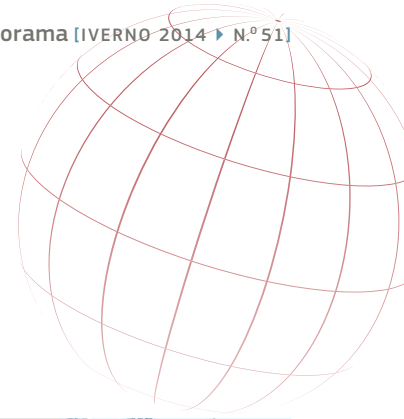
▶ ESPERANÇA DE VIDA NA UE EM 2011



A esperança de vida é um dos principais reflexos do bem-estar e, numa perspetiva global, a UE tem bons resultados neste indicador.

Dos 50 países no mundo com a esperança de vida mais elevada em 2012, 21 eram Estados-Membros da UE. Destes, 18 tinham uma esperança de vida superior à dos Estados Unidos da América.

▶ ESPERANÇA DE VIDA NOS EUA EM 2010



Nos EUA, o Havai e o Minnesota são os únicos estados com uma esperança de vida acima da média da UE. Em muitos dos estados do sul, é semelhante à da Polónia ou da Hungria. Como o mapa europeu demonstra, existem bastantes diferenças entre regiões na UE. A esperança de vida à nascença

é inferior a 74 anos em muitas partes da Bulgária, bem como na Letónia e na Lituânia, ao passo que na UE, duas em cada três regiões apresentavam uma esperança de vida superior a 80 anos. Em 17 regiões de Espanha, França e Itália, é de 83 anos ou mais.

► PRESIDÊNCIA ITALIANA DO CONSELHO DA UE

DESAFIOS PARA A IMPLEMENTAÇÃO DA POLÍTICA DE COESÃO



Na segunda metade de 2014, a Itália assumiu a Presidência do Conselho da União Europeia. **Gilda Carbone**, uma especialista nacional destacada de Itália, fala sobre a sua experiência e realça os resultados e os desafios principais da Presidência italiana para a política de coesão.

► Quando o semestre da presidência italiana teve início a 1 de julho de 2014, foi um período de atividade intensa na Direção-Geral da Política Regional e Urbana da Comissão Europeia. Por que decidiu aceitar trabalhar para a Presidência italiana do Conselho da UE?

Como trabalhei na DG da Política Regional e Urbana durante mais de cinco anos e, como tal, estive envolvida na política de coesão do ponto de vista da Comissão, tinha a certeza de que trabalhar para a Presidência do Conselho da UE iria enriquecer a minha experiência e o meu conhecimento das instituições europeias, permitindo ver a política de coesão de outro ângulo. Como tal, aceitei fazer parte da equipa de coesão italiana na Representação italiana junto da UE, convicta de que era uma das formas da administração italiana aproveitar ao máximo a minha experiência profissional europeia.

► De que forma foi implementado o programa da Presidência italiana para o crescimento e o emprego no que toca à política de coesão?

O primeiro elemento do programa estratégico para a Presidência italiana do Conselho da União Europeia, «Europa, um novo início», foi «Uma Europa orientada para o emprego: proporcionar crescimento económico». A Presidência italiana apresentou o seu programa para a política de coesão neste quadro.

No que respeita à política regional e territorial, o programa da Presidência italiana definiu os seguintes objetivos:

- Promover um debate político estruturado no Conselho da UE, com o objetivo de continuar a garantir uma maior eficácia e melhores iniciativas orientadas para os resultados da política de coesão, bem como promover uma reflexão sobre os efeitos do reforço da ligação entre as políticas estruturais e a governação económica.
- Realçar a contribuição que uma política de coesão eficaz pode proporcionar à revisão da Estratégia Europa 2020.
- Continuar o debate político sobre a Agenda Urbana da UE, apresentando o programa do trio de países da Presidência sobre coesão territorial e política urbana, com vista a assegurar, até ao final de 2015, uma revisão do estado da implementação do objetivo de coesão territorial da União e a estabelecer uma melhor ligação entre a coesão territorial e a política urbana.
- Supervisionar a avaliação dos resultados de 2007-2013 e o lançamento dos novos programas de 2014-2020.
- Contribuir para o desenvolvimento e a consolidação da implementação das estratégias macrorregionais.

O programa da Presidência para a política de coesão foi totalmente implementado.

► Qual foi o principal desafio enfrentado durante o semestre italiano?

A adoção das Conclusões do Conselho sobre o Sexto Relatório Intercalar sobre a Coesão Económica, Social e Territorial da Comissão foi sem dúvida desafiante. O Sexto Relatório é um documento importante que reconheceu a política de coesão como a principal política de investimento ao nível da UE na procura da coesão económica, social e territorial e como uma das principais políticas de investimento para alcançar os objetivos e as metas da Estratégia Europa 2020; o seu efeito mitigante sobre a crise; a sua relevância na «conjugação de políticas» de consolidação orçamental, as reformas estruturais e o investimento na promoção do crescimento apoiados pela política de coesão.

Os pontos de vista dos Estados-Membros sobre a política de coesão podem variar, dependendo das circunstâncias específicas, da relevância e do impacto da política de coesão, bem como das opiniões divergentes sobre a ligação



▶ O primeiro-ministro italiano, Matteo Renzi, apresenta o programa da Presidência italiana ao Parlamento Europeu.

reforçada entre a política de coesão e a governação económica, e das incertezas relacionadas com o período de transição institucional. Como tal, o desafio passou por identificar o «denominador comum», que poderia servir de mote para futuros desenvolvimentos com vista a aumentar o emprego e o crescimento.

▶ Qual foi, na sua opinião, o principal resultado destes seis meses e o que pensa que continuará depois da Presidência italiana?

O principal resultado geral alcançado durante a Presidência italiana foi a recomendação do Conselho da UE para se organizar regularmente um debate no Conselho dos Assuntos Gerais entre os ministros relevantes para se discutir a implementação e os resultados dos Fundos Estruturais e de Investimento Europeus (EIE), contribuindo, de forma significativa e substancial, para garantir uma orientação para os resultados e uma implementação da política de coesão eficazes.

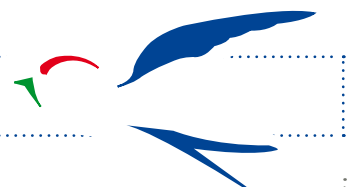
Este resultado foi um êxito para toda a comunidade da política de coesão: a política de coesão pode agora ter uma voz regular no Conselho num contexto formal. A organização de um debate regular e formal sobre política de coesão a um nível político, não só garante que uma parte relevante do orçamento da UE é gasto da forma mais eficaz para apoiar o crescimento e o emprego, como também assegura que a perspetiva da política de coesão é equacionada ao debater assuntos relacionados com crescimento, emprego e utilização dos Fundos EIE.

Na realidade, o Conselho dos Assuntos Gerais dedicado à política de coesão organizado a 19 de novembro de 2014 foi uma oportunidade, não só para adotar as Conclusões sobre o Sexto Relatório Intercalar sobre a Coesão Económica,

Social e Territorial da Comissão, mas também para debater o contributo da política de coesão para a revisão intercalar da Estratégia Europa 2020, bem como o ponto de situação da adoção dos programas 2014-2020.

Há vantagens em continuar um debate regular e formal sobre a política de coesão, considerando, *nomeadamente*, os relatórios de síntese anuais da Comissão e os relatórios estratégicos da Comissão em 2017 e 2019, bem como outros problemas futuros, tais como a revisão da Estratégia Europa 2020, a implementação do «Plano de Investimento para a Europa» adotado pela Comissão a 26 de novembro de 2014, o relatório da Comissão sobre o resultado das negociações relativamente aos Acordos de Parceria e os programas 2014-2020, etc.

Na minha opinião, o debate na sessão do Conselho dos Assuntos Gerais dedicado à política de coesão foi uma oportunidade importante para reafirmar a política de coesão como uma política da UE «autónoma» que, graças às suas características específicas, como a estrutura de governação combinada e a abordagem integrada setorial e territorial, continua a desempenhar um papel fundamental no relançamento do crescimento e do emprego na UE.



▶ ALEMANHA

▶ A PRIMEIRA CENTRAL
EÓLICA HÍBRIDA

Custo total:
10 948 000 EUR
Contribuição da UE:
6 082 000 EUR



Um gerador de energia eólica inovador na Alemanha converte a energia não utilizada em hidrogénio para utilização posterior.

Na região oriental alemã de Uckermark, foi desenvolvido um sistema inovador para gerar energia eólica, que converte a eletricidade excedentária em hidrogénio.

Por detrás do projeto está um dos principais fornecedores de energia eólica europeus, a ENERTRAG AG, sediada em Brandeburgo, que desenvolveu a nova tecnologia híbrida em parceria com a Universidade Técnica de Cottbus-Senftenberg, em Brandeburgo, o Deutsche Bahn AG, a Vattenfall Europe e a Total Germany.

Iniciado em 2011 como um projeto-piloto, o projeto híbrido ENERTRAG combina uma central eólica com uma unidade de eletrólise da água que utiliza a eletricidade excedentária para produzir hidrogénio. Em dias de elevada procura de energia, o hidrogénio é convertido novamente em eletricidade numa fábrica de cogeração, onde se procede à mistura com biogás para alcançar níveis de produção ideais.

A capacidade de armazenar a eletricidade não utilizada como hidrogénio ajuda a estabilizar a rede elétrica e fornece um modelo orientado para o futuro, para equilibrar a carga com energias renováveis.

O hidrogénio gasoso excedentário também pode ser transformado em combustível para automóveis movidos a hidrogénio e pode ser fornecido a postos de reabastecimento de automóveis em Berlim. Como bônus adicional, o calor residual do processo de cogeração é utilizado como um sistema de aquecimento para a cidade vizinha de Prenzlau.

A central híbrida é uma das primeiras deste tipo no mundo e demonstra a diversidade de formas através das quais as energias renováveis geradas através de parques eólicos podem ser utilizadas ou armazenadas.

O projeto, que foi cofinanciado pelo Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional, demonstrou como podem ser combatidas algumas das dificuldades mais prementes enfrentadas pelas energias renováveis. A energia excedentária proveniente de geradores eólicos pode ser armazenada no local como hidrogénio e utilizada para ajudar a equilibrar as flutuações na rede elétrica, que são causadas pelas diferenças no fornecimento da energia solar e eólica. Desta forma, as energias renováveis podem ser 100% flexíveis e podem ser utilizadas quando e onde for necessário.

Ao reforçar a utilização das energias renováveis como a energia eólica, o projeto está a dar um contributo valioso para o objetivo da UE de aumentar a percentagem das energias renováveis para 20% até 2020.

«A central híbrida ENERTRAG define um marco na integração das fontes de energias renováveis nos sistemas. O hidrogénio é a melhor forma de integrar energias renováveis na mobilidade e no aquecimento», comentou o diretor-geral da ENERTRAG, Jörg Müller.

▶ SAIBA MAIS

<https://www.enertrag.com/en/project-development/hybrid-power-plant.html>

Estão disponíveis mais informações acerca do FEDER em Brandeburgo no Web site da Autoridade de Gestão: www.efre.brandenburg.de

▶ COOPERAÇÃO TERRITORIAL EUROPEIA

▶ MULHERES EMPREENDEDORAS PROMOVEM EXPORTAÇÕES E COMPETÊNCIAS EMPRESARIAIS

Mais de 200 mulheres empreendedoras britânicas e francesas aderiram a uma rede inovadora de empresas trans-Mancha para promover as competências empresariais, as exportações e as boas práticas.

A B.NEW (Business Network for Enterprising Women), a Rede de Empresas de Mulheres Empreendedoras, foi criada em 2009 para reunir o talento empreendedor feminino da Bretanha (FR), Cornwall e Hampshire (UK). O seu objetivo consiste em criar uma rede trans-Mancha para promover a criação de empresas lideradas por mulheres e facilitar o seu desenvolvimento internacional. Desde o seu lançamento, mais de 200 mulheres empreendedoras britânicas e francesas aderiram à rede B.NEW online.

Estas mulheres empreendedoras provêm de uma variedade de setores, desde moda e consultoria empresarial a turismo, artesanato, design e produção de filmes.

Um dos principais objetivos da organização consiste em ajudar as mulheres a criar e a desenvolver uma empresa e a rede pode permitir que as novas empreendedoras estabeleçam contactos com mulheres de negócios experientes de qualquer lado do Canal da Mancha. A rede também abre as portas ao desenvolvimento de exportações trans-Mancha através da utilização da respetiva rede de contactos.

A B.NEW visa partilhar as melhores práticas referentes ao empreendedorismo feminino em Inglaterra e na Bretanha e desenvolver negócios e relações interculturais entre as empresárias dos dois países. A rede criou uma base de dados das empresas envolvidas na B.NEW. Deste modo, apoia-se a internacionalização das empresas e ajuda-se as mulheres empreendedoras a obter acesso ao financiamento europeu e nacional. O Web site da rede inclui um fórum que permite que os membros partilhem experiências e as melhores práticas enquanto estabelecem novos contactos.

A B.NEW também promove a aprendizagem de idiomas e a aquisição de conhecimentos sobre criação de empresas e desenvolvimento de TI. Aproximadamente 400 empresas participaram em atividades de rede, tais como workshops, cursos de formação e oportunidades de trabalho em rede.

Custo total:
1 783 000 EUR
Contribuição da UE:
891 000 EUR



Mais de 60 mulheres participaram nas sessões de formação em línguas e TIC.

A perceção da dinâmica do empreendedorismo feminino também é uma função subjacente da B.NEW. A B.NEW progrediu nesta direção através da realização de um estudo comparativo sobre a situação das mulheres empreendedoras nos diferentes territórios. Este estudo foi facilitado por mesas redondas e entrevistas, com vista a identificar os obstáculos que as mulheres empreendedoras enfrentam e as potenciais ações para combater estes problemas. O projeto fará recomendações para os decisores em França e Inglaterra para ajudar a fomentar o empreendedorismo feminino.

O projeto foi financiado pelo FEDER através do programa de cooperação transfronteiriça INTERREG IV A França (Canal da Mancha) – Inglaterra, com o objetivo geral de criar novas empresas e postos de trabalho e aumentar o acesso ao emprego qualificado para as mulheres de ambos os lados do Canal da Mancha.

▶ SAIBA MAIS

<http://www.bnew-project.eu/>

AGENDA**19 DE JANEIRO
DE 2015**

_Bruxelas (BE)

Instrumentos financeiros
que apoiam os Fundos EIE**4 A 6 DE FEVEREIRO
DE 2015**

_Riga (LV)

Segunda Conferência da
Política de Coesão da UE**5 DE MARÇO DE 2015**

_Bruxelas (BE)

Como os parceiros
regionais e locais podem
trabalhar em conjunto
para alcançar os objetivos
da Europa 2020Poderá encontrar mais informações sobre estes
eventos na secção Agenda do Web site Inforegio:**[http://ec.europa.eu/regional_policy/
conferences/agenda/index_pt.cfm](http://ec.europa.eu/regional_policy/conferences/agenda/index_pt.cfm)****MANTENHA-SE
LIGADO** www.ec.europa.eu/inforegio www.twitter.com/@EU_Regional www.yammer.com/regionetwork
Plataforma colaborativa da DG REGIO www.flickr.com/euregional Inscreva-se no nosso «REGIOFLASH»
www.inforegiodoc.eu www.twitter.com/CorinaCretuEU

■ Serviço das Publicações

Comissão Europeia, Direcção-Geral da Política Regional e Urbana
Comunicação – Ana-Paula Laissy
Avenue de Beaulieu 1 – B-1160 Bruxelas
Courriel: regio-panorama@ec.europa.eu
Internet: http://ec.europa.eu/regional_policy/index_pt.cfm